

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

MARIA CRISTIANA FÉLIX LUCIANO

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER FÁTIMA LOPES: breve perfil das
mulheres atendidas**

João Pessoa – PB

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

MARIA CRISTIANA FÉLIX LUCIANO

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER FÁTIMA LOPES: breve perfil das
mulheres atendidas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Biblioteconomia do Centro de Ciências Sociais Aplicada da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título em Bacharel.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Gisele Rocha Côrtes

João Pessoa – PB

2015

L937c Luciano, Maria Cristiana Félix.

Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes: breve perfil das mulheres atendidas / Maria Cristiana Félix Luciano. – João Pessoa: UFPB, 2015.

77f. : il.

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Gisele Rocha Côrtes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – UFPB/CCSA.

MARIA CRISTIANA FÉLIX LUCIANO

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER FÁTIMA LOPES: breve perfil das
mulheres atendidas**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Graduação em
Biblioteconomia do Centro de Ciências
Sociais Aplicada da Universidade
Federal da Paraíba como requisito para
obtenção do título em Bacharel.

Orientadora: prof.^a. Dr.^a. Gisele Rocha
Côrtes

Aprovado em: ____/____/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Gisele Rocha Cortês (DCI/UFPB)
Orientadora

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves (DCI/UFPB)
Examinador

Prof.^a. Dr.^a. Eliane Paiva (DCI/UFPB)
Examinadora

A Jesus, meu Senhor e Salvador, a Virgem Maria minha fiel companheira. A minha família, a minha orientadora Gisele Rocha Cortes, e meus amigos/as e irmãos/as em Cristo, que são sempre minha força impulsionadora. Em especial a Lindaci Alves dos Santos. DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jesus por meio do Coração Imaculado de Maria, ela que tem me acompanhado em todos os momentos da minha vida principalmente na escolha do curso e em todo o decorrer dele, mãezinha do céu sem ti nada teria sentido, “*sou toda vossa ô virgem Maria e tudo o que possuo é vosso.*” obrigada mãe.

Agradeço ao meu pai Joaquim Luciano, (*in memoriam*) por não ter tido a oportunidade de estudar o senhor papai sempre me disse que nos daria duas coisas essenciais na vida a liberdade e os estudos, obrigada por que sem isso eu não poderia estar aqui agora, o senhor sempre foi para mim uma referência de ser humano obrigada por tudo o que me ensinastes, seu amor para mim foi vital com o senhor aprendi a cultivar os maiores tesouros que são o amor a família e os amigos de verdade, a meu velho saudades, Obrigada meu papai por cada sorriso e os poucos abraços que trocamos, mas que foi para mim como uma eternidade. Espero que interceda por mim porque o céu é o nosso lugar.

Á mamãe Maria de Fátima Felix Luciano, por me deixar vir à vida, por ter cuidado de mim na infância e pelo seu jeito todo particular de amar, mamãe tão silenciosa e sempre guerreira na criação de 13 filhos, quanto sacrifício e amor.

Agradeço aos meus 13 irmãos Francisco, Jailson, Manoel, Damião, José, Maria, Fernando, Izael, Madalena, Elidiane, Raiane, Dayane e é claro em especial a Cícero meu amigo, irmão, parceiro que percorreu comigo essa trajetória de graduação onde muitas vezes a sua presença era um consolo para mim, meu irmão muito obrigado é uma dádiva ter você na minha vida, com você o caminho é sempre mais curto, a escuridão fica mais clara e o frio nem queima tanto assim te amo. Agradeço as minhas duas mães que o Senhor escolheu e colocou na minha vida para que por meio delas eu pudesse experimentar o cuidado constante dele para comigo. Toinha, quando me acolhestes na tua vida não entendia ao certo porque Deus havia cruzado o nosso caminho, hoje eu compreendo tudo, obrigada por me apresentar o amor, e me fazer sentir amada, obrigada pela confiança, carinho e estímulo, quase tudo que sei da vida hoje foi com você que aprendi, obrigada por nunca me deixar faltar nada para mim, pelo cuidado, amor, proteção. Rita como te agradecer se todas as palavras do universo ainda não seriam suficientes para lhe ser grata por tudo que és para mim, mãe, amiga, irmã, formadora, só você conseguia-me dizer quando estava errada e me encaminhava para o melhor caminho, quantos conselhos, incentivos, quanto cuidado em não me deixar faltar nada, um lar, uma

família, obrigada. Caio, Camila, Miguel, obrigada meus irmãos amo vocês, vocês sempre serão minha família.

Aos meus irmãos do grupo de oração e em especial Eulália por todas as orações, amo vocês, obrigada.

Rosemeire, galega se me perguntassem se eu já vi um anjo, eu diria que sim na sua pessoa, não direi obrigada porque você não gosta, mas posso dizer Deus lhe pague por tudo amiga fiel em todos os momentos, você sempre me passou segurança, quantas lágrimas derramadas amiga você tem enxugado, quantos risos compartilhados, amiga bibliotecária meu orgulho ter na minha vida pra sempre. Rodrigo a você eu posso dizer obrigada meu amigo, eu acreditei porque vi você indo à frente, você é uma referência para mim.

A todos os meus amigos/as que deixei em Conceição, nossa amizade foi provada no fogo e resistiu. Obrigada a cada um de vocês por compreender minhas ausências, e se alegrar por cada regresso em casa, em especial a Geisa, te amo amiga, Elindaina, Ana, Ailma, Kilma, Simone, irmã Maria Lúcia de Fatima, irmã Eliana, obrigada meninas.

Á minha primeira professora Zena, o meu muito obrigada, esse caminho começou por você e aqui quero te agradecer por toda a formação que me passou e me fez acreditar que é possível, é para você este trabalho.

Ás amigas que construí aqui em João Pessoa, não posso deixar de agradecer a todos/as os/as amigos da paróquia Santo Antônio, em especial a Doriane, Roberta, Fernanda Leila, Fátima, Iris, Carmem, Thiago, Karla, Rubenildo, Hortência, aos meus afilhados Vernior, Fernanda, Gisele, Josimere, as crianças: Caio, Miguel, Daniel, Raphael, por me trazerem tantas alegrias...

A alguém em particular Mirtes, a você o que posso dizer amiga você foi minha companheira, parceira, confidente, irmã, minha família quatro anos contigo e você só me deu alegria como me confortava chegar em casa e você está lá... Te amo é pra sempre miga.

Aos irmãos/as da Comunidade Servos de Maria do Coração de Jesus, na pessoa dos nossos fundadores Paizinho e Mãezinha, como foi desafiante este último ano conciliar as duas coisas, mas vocês me davam forças todos os dias, obrigada por cada oração, cada gesto de amor e carinho, de incentivo na saída e o abraço da chegada, em especial aqueles que estavam mais ligados a mim, irmã Regina, Nailza, irmã Keli, irmã Edna, Diana, Kaká... A cada um/a o meu imensamente obrigada. Deus lhes pague.

Aos meus amigos/as da UFPB, e que vão além dela, do curso de Biblioteconomia, a minha turma do período 2010.02, cinco anos juntos/as ninguém mais é mais o/a mesmo/a uns casaram, outros noivaram, outros/as passaram em concurso, outros/as tiveram filhos. Nossa quantas coisas aconteceram em cinco anos, quantos/as ficaram pelo caminho, quantos sonhos, expectativas tínhamos há cinco anos, sonhos, medos incertezas agora já sabemos como foi, conquistas, alegrias, risos, superações, encontros e desencontros, perdas irreparáveis, e mais superação... Muito obrigada a vocês cada um individualmente por todo amor, por todo conhecimento compartilhado, construído, disseminado, aos professores/as por estarem de forma tão presente em nosso meio, pelo comprometimento para com o nosso aprendizado ao meu muito obrigada/o a cada um de vocês. Em especial a Flávia e Geral da pela colaboração. A minhas pérolas preciosas Adriana e Laizla, amigas sem vocês eu não seria tão feliz no meu curso, vocês me fizeram rir, ouviram as minhas brigas, me acalmaram, enxugaram minhas lágrimas... Amo ter vocês na minha vida que será para sempre o maior presente durante este curso foi a nossa amizade.

A Minha orientadora professora doutora Gisele Rocha Cortes, é memorável em uma academia onde as pessoas são geralmente tão indiferentes umas as outras eu ter recibo a graça de Deus de conhecer você e ter a oportunidade de trabalhar com você Gisele, só posso dizer que é um privilégio para mim, sem você esse trabalho não seria possível, ele é uma extensão do que você acredita, a você todo o mérito, obrigada por cada ensinamento, cada exortação e por cada incentivo. Você me fez descobrir ser capaz. Por tudo o que produzimos e compartilhamos, obrigada. E por fim nossos agradecimentos especiais às equipes do Centro de Referência da Mulher “Fátima Lopes” e da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba, pela parceria na realização da pesquisa.

“SOU toda vossa ô VIRGEM MARIA e tudo o que
posso é VOSSO” (São Luís Grignon de
Montfort).

RESUMO

A pesquisa possui como objetivo geral apresentar o Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes/Campina Grande, órgão específico do programa de enfrentamento e prevenção à violência contra mulheres. Especificamente, pretendemos: apresentar os atendimentos oferecidos pelo CRMEFL; traçar o perfil das mulheres atendidas; criar um banco de dados e verificar como a informação pode contribuir no enfrentamento a violência contra as mulheres. De tipo descritiva e natureza quantitativa, utilizou-se de fontes documentais, mais especificamente, das fichas das mulheres atendidas na CREMF em 2015. Para a análise dos dados, lançou-se mão da estatística descritiva. Por meio das informações estatísticas produzidas, verifica-se que a violência contra mulheres é um grave problema social e que a organização, produção e disseminação de informações estatísticas oficiais é indispensável para o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a prevenção, a punição, e a erradicação desta problemática que afeta a vida e o direito de milhares de mulheres cotidianamente. A pesquisa reforça a importância do/a bibliotecário/a atuar em ambientes informacionais não tradicionais, a exemplo do CRMEFL, como agente social comprometido/a com a redução das desigualdades sociais.

Palavras chave: Usuária da informação. Violência contra Mulheres. Informação. Relações de Gênero. Centro de Referência da Mulher.

ABSTRACT

The main objective of this research is to introduce the **Women's Reference Center** named Fátima Lopes which is located in Campina Grande, PB. It is a specific public body responsible for the confronting and preventing violence against women program. We specifically intend to show the assistance offered by the CERMFL (State Center for Women's Reference Fatima Lopes) identifying those women who take part in the program and their profile, developing a database for that and verifying how the information could contribute to the confronting violence against women. The research is descriptive and quantitative and it is based on documental sources, especially the registration form from the women attended by the CERMFL in 2015. In order to analyse data the descriptive statistics were rejected. According to the provided statistical information is possible to affirm that violence against women is a serious social problem. Organising, developing and disseminating official statistical information are indispensable factors for strengthening public policies. They are focused on prevention, punishment and the eradication of this massive problem. In addition, those factors daily affect millions of women's lives and their rights. The research emphasizes the importance of being a librarian and having an informational and non-traditional environment, such as the CERMFL, as a committed social agent reducing the social inequality.

Keywords: Librarianship. Violence against Women. Information. Gender relations. Women's Reference Center.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Faixa Etária das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	50
Gráfico 2 -	Cidade onde as mulheres sofreram a violência do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	53
Gráfico 3 -	Caracterização Étnico/Racial das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	54
Gráfico 4 -	Religião das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	57
Gráfico 5 -	Escolaridade das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	58
Gráfico 6 -	Renda das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	59
Gráfico 7 -	Ocupação das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	61
Gráfico 8 -	Moradia das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	62
Gráfico 9 -	Filhos/as das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	62
Gráfico 10 -	Situação conjugal das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	63
Gráfico 11 -	Relação autor/a da violência das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lope.....	64
Gráfico 12 -	Local da ocorrência das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	64
Gráfico 13 -	Tipo de violência das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	65
Gráfico 14 -	Canais de informação das usuárias do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI -	American Documentation Institute
BRAPCI -	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CECF -	Conselho Estadual da Condição Feminina
CFEMEA -	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CNDM -	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CEDM -	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CI -	Ciência da Informação
CRAMs -	Centros de Referência de Atendimento à Mulher
CRM -	Centro de Referência da Mulher
CRMEFL -	Centros de Referência de Atendimento à Mulher
DEAMs -	Delegacia Especial em Atendimento às Mulheres
FRA -	Agência Europeia de Direitos Fundamentais
FID -	Federação Internacional de Documentação
IBGE -	Instituto Internacional de Bibliografia
IIB -	Instituto Internacional de Bibliografia
MS -	Ministério da Saúde
NI -	Não Informado
OEA -	Organização das Nações Unidas
OMS -	Organização Mundial de Saúde
ONG -	Organização Não governamental
ONU -	Organização das Nações Unidas

PNPM -	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
REAMCAV-	Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência
RS –	Responsabilidade Social
SINAN -	Sistema de Informações de Agravos de Notificação
SM -	Salário Mínimo
SPM -	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SPM/PR -	Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SPPM -	Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres
SR -	Sem Renda
SUS -	Sistema Único de Saúde
EU -	União Europeia
UNFPA -	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	METODOLOGIA.....	21
1.2	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	21
2.2	CAMPO DA PESQUISA.....	21
2.3	INSTRUMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	25
3	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: breve histórico e conceitos.....	25
3.1	A AÇÃO SOCIAL DA/O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIA/O.....	27
3.2	INFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	30
3.3	USUÁRIOS/AS DA INFORMAÇÃO.....	33
3.4	MOVIMENTO FEMINISTA E O PROTAGONISMO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL.....	35
3.5	O CONCEITO RELAÇÕES DE GÊNERO.....	39
3.5.1	Breves Considerações acerca da implantação de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.....	42
3.5.2	Centro de referencia: unidade informacional.....	50
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES PRELIMINARES: O perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência Fátima Lopes.....	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto do meu trabalho de término do Curso de Graduação em Biblioteconomia que tem como objeto de estudo a violência contra mulheres, com foco nas usuárias atendidas no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL), na cidade de Campina Grande.

O interesse acerca desta temática surgiu a partir da disciplina Leitura e Produção de Textos, cursada com a professora Dra. Gisele Rocha Côrtes, no terceiro período do curso de Biblioteconomia quando foi abordada a importância da atuação de Bibliotecários/as em unidades informacionais não tradicionais e também a informação como elemento transformador da sociedade. Nessa dinâmica, comecei a ler autores/as que tratavam do tema violência contra as mulheres e consolidei o meu interesse ao participar dos projetos “Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra: canais de informação e cidadania” e “Sistema Atende Mulher: Gestão da Informação no Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes”.

A violência é um fenômeno complexo e multifacetado, atinge mulheres de todas as classes sociais, grupos étnico-raciais, nacionalidades, faixas etárias e graus de escolaridade. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará - conceitua a expressão violência contra a mulher como “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (10 ANOS..., 2004). Conforme Teles e Melo (2003) a violência constitui violação dos direitos humanos, podendo se manifestar por meio da utilização da força física, psicológica ou intelectual para coagir outra pessoa a fazer algo contra a sua vontade; é impedir a expressão do desejo e vontade do/a outro/a. Segundo a Agência Europeia de Direitos Fundamentais (FRA), uma em cada três mulheres na União Europeia (EU) foi vítima de violência física, ou sexual, ao menos uma vez em sua vida desde os 15 anos. O estudo se baseia nos testemunhos de 42 mil mulheres de 18 a 74 anos, coletados nos 28 países da UE em entrevistas individuais entre março e setembro de 2012. (INSTITUTO..., 2014).¹

¹<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dados-e-pesquisas-violencia/dados-e-fatos-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>.

No Brasil, a pesquisa intitulada Mapa da violência 2015 aponta que o país ocupa a quinta posição na incidência de homicídios de mulheres, num ranking mundial de 83 países.² Há que se ressaltar que os alarmantes dados explicitados são subnotificados. No Brasil há uma legislação específica a respeito da violência doméstica, a Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, a qual no art. 8 apresenta como prerrogativa que estados e municípios devem promover estudos e pesquisas para produzir e sistematizar dados com a perspectiva de gênero e raça/etnia referentes à dinâmica da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Contudo, desafios persistem no seu cumprimento, ocasionando dificuldades para a obtenção de informações oficiais confiáveis.

No Brasil, estudos acadêmicos e a militância feminista em diferentes perspectivas, desde a década de 80, pautam ser imprescindível a compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres pelo prisma das relações de gênero. Problematizam que as várias configurações das agressões, como a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial não se justificam pela naturalização de comportamentos de homens e mulheres, mas devem ser analisadas tendo como alicerce relações de poder.

Neste sentido, surge o conceito relações de gênero, o qual advoga a construção social das masculinidades e feminilidades em diversos contextos históricos, sociais e culturais (LOURO, 1996). Para o estabelecimento de relações de gênero igualitárias, faz-se necessário desconstruir padrões hierárquicos que alocam as mulheres em situações de desigualdade no mercado de trabalho, na participação política, no acesso à educação, na mercantilização do seu corpo, e no meio científico. Segundo Olinto (2011, p.71)

A distribuição desproporcional entre os sexos das tarefas docentes e de orientação acadêmica na universidade, especialmente da graduação, é uma das possíveis explicações para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no ambiente científico, diminuindo suas chances de dedicação à pesquisa e à publicação.

Como afirma Lauretis (1994, p. 209), "a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução". Desse modo, é mister a ressignificação de conceitos, símbolos, representações essencialistas e imutáveis acerca das desigualdades entre mulheres e homens.

² El Salvador, Colômbia, Guatemala, Federação Rússia, sucessivamente ocupam as primeiras colocações no índice de violência.

Esta discussão acena para a importância da informação como estratégia potencial para a transformação das práticas, discursos, mentalidades e socialização de mulheres e homens.

Conforme González de Gómez (2012) a informação se associa à transmissão cultural e aos processos de socialização e formação de identidades. Nesta direção, pressupomos que os canais de informação dinamizados (atendimentos, materiais informativos, campanhas, oficinas, palestras), pelo CRMEFL, contribuem para o empoderamento das mulheres, ao gerar instrumentos de conhecimento que subvertem as disposições essencialistas e biologicistas sobre a construção das diferenças e das desigualdades que alicerçam a violência doméstica.

Considerando que o acesso à informação pode contribuir para a redução da violência contra as mulheres e a produção de novos conhecimentos, levantamos os seguintes questionamentos: Quais são os atendimentos disseminados pelo Centro de Referência da Mulher “Fátima Lopes”? Qual o perfil das mulheres atendidas? Como a informação pode contribuir para o enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres?

1.1 Objetivo Geral

Com base nas questões acima mencionadas, o objetivo geral desta pesquisa assim se configura: Apresentar o Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes/Campina Grande, equipamento da política pública do programa de enfrentamento e prevenção à violência contra mulheres.

1.2 Objetivos Específicos

Especificamente, pretendemos: apresentar os atendimentos oferecidos pelo CERMFL; traçar o perfil das mulheres atendidas; verificar como a informação pode contribuir no enfrentamento a violência contra as mulheres.

Tendo em vista que a informação impulsiona a transformação social e a inclusão social (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004), torna-se fundamental a atuação de bibliotecários/as na superação das desigualdades econômicas e sociais, com foco na produção, na disseminação, no acesso e nas necessidades informacionais de categorias sociais

historicamente cerceadas do direito à cidadania: mulheres, negros, pobres, homossexuais, pessoas com deficiência.

Desta forma o/a bibliotecário/a, enquanto profissional da informação, assume papel importante no processo de organização, sistematização e disseminação da informação, para que, por meio deste/a, as mulheres em situação de violência doméstica possam ter ferramentas necessárias para romper com o ciclo da violência (FERREIRA, 2003).

O delineamento do TCC articulando informação e violência contra as mulheres almeja contribuir nas reflexões sobre a produção, o acesso e a democratização da informação, visando o exercício da cidadania feminina. Os eixos teórico-metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos neste artigo repousam na categoria analítica e histórica “relações gênero” formulados por Scott (1990), e no conceito de informação de Marteleto (1995) e responsabilidade social de Capurro (2007).

Esta monografia esta estruturada da seguinte forma: O capítulo 1 discorre sobre a introdução do trabalho bem como seus objetivos; o capítulo 2 apresenta procedimentos metodológicos acerca da pesquisa, a caracterização e o campo da pesquisa e o instrumento da coleta de dados. Em seguida, o capítulo três focaliza o referencial teórico, discutem Ciência da Informação, as contribuições que a informação gera no rompimento com a situação de violência, movimento feminista, relações de gênero, bem como a implantação de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência. O capítulo 4 discorre sobre os resultados da pesquisa realizada no CRMEFL e por fim, o capítulo 5 elenca as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa surgiu a partir da interação da pesquisadora e a comunidade pesquisada promovendo ações de construção, troca e disseminação da informação.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Utilizamos como método a pesquisa exploratória e bibliográfica. De acordo com Lakatos e Marconi (2011), a pesquisa bibliográfica trata de levantamentos em fontes secundárias, que tratem do objeto de estudo escolhido, com o objetivo de subsidiar o/a pesquisador/a na análise sobre as informações inerentes a pesquisa.

A pesquisa alicerçou-também na pesquisa descritiva a qual objetiva conhecer as distintas situações e relações que ocorrem na vida social, política, cultural, e demais fenômenos do comportamento humano. Os estudos descritivos buscam descrever as características, as experiências, as relações existentes nas comunidades, grupos ou realidade a ser pesquisada. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Para alcançar as finalidades de nossa pesquisa, usamos a abordagem quantitativa. Com a pesquisa quantitativa, objetivamos conhecer melhor, indicadores e tendências observáveis do perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência Estadual da Mulher Fátima Lopes (MINAYO, SANCHES, 1993).

2.2 CAMPO DA PESQUISA

O Estado da Paraíba conta com equipamentos importantes para o enfrentamento à violência contra as mulheres, quais sejam: Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), Centros de Referência da Mulher (Campina Grande, Cajazeiras, João Pessoa, Patos e Santa Luzia.), Casa Abrigo Aryane Thais, onze Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Campina Grande, Guarabira, Patos, Cajazeiras, Sousa, Monteiro), dois núcleos de delegacia nas Seccionais de Queimadas e

Esperança e Hospitais de Referência no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual, entre outros equipamentos.³

O Centro Estadual de Referência da Mulher “Fátima Lopes” (CRMEFL), (FIGURA1), foi implantado no dia 12 de dezembro de 2012, está ligado à Secretaria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres (SPPM) do Estado da Paraíba⁴. A equipe multiprofissional realiza acolhimento com atenção especial às mulheres em situação de violência, oferecendo atendimento social, psicológico, jurídico e arte-educação com as mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O órgão presta uma homenagem à defensora pública Fátima Lopes, morta em acidente automobilístico no ano de 2010, em João Pessoa.

Figura 1 – Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes



Fonte: Acervo fotográfico do CERMFL.

O Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes está localizado na cidade de Campina Grande no bairro do São José. O equipamento funciona de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, e atende às mulheres de em Campina Grande e das cidades vizinhas.

³ A Secretaria de Segurança Pública e a SEMDH implantaram em 2015 o Programa Mulher Protegida que conta com os dispositivos SOS Mulher, dispositivo móvel geo-referenciado, para ajudar no monitoramento das medidas protetivas. Foram entregues 150 aparelhos de celular para uso na grande João Pessoa (100) e em Campina Grande (50).

⁴ A Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres tem como papel fundamental contribuir para a promoção da equidade de gênero, por meio da implementação de políticas públicas que efetivem os direitos humanos das mulheres e elevem sua cidadania, superando as situações de desigualdades vivenciadas pela mulher na sociedade. A secretaria estadual está ligada a secretaria nacional. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/organismos-governamentais-df-estados-e-municipios/dados/estados/paraiba>.

A mulher que procura o equipamento é acolhida pelas profissionais que, depois de escutá-la, encaminham-na para o atendimento necessário no próprio CERMFL ou para serviços externos da rede de atendimento - serviços de assistência social, de justiça, segurança, saúde, entre outros.

O CERMFL realiza ações de intervenção na comunidade, através da realização de palestras e oficinas para formação em relações de gênero, Lei Maria da Penha, em escolas, centros de saúde, universidades, dentre outros. Possui também atendimento via telefone (180), para direcionar as mulheres aos serviços existentes no Estado e Município. Abaixo (FIGURA 2, 3 e 4) as fotos de oficinas realizadas no CERMFL:

Figura 2 – Equipe técnica do CERMFL



Fonte: Acervo fotográfico do CERMFL.

Figura 3 – Palestra Desenvolvida pelo CERMFL. 1



Fonte: Acervo fotográfico do CERMFL.

Figura 4 – Palestra Desenvolvida pelo CERMFL 2



Fonte: Acervo fotográfico do CERMFL.

Os canais de informação utilizados para disseminar o órgão e os direitos das mulheres são: cartilhas, panfletos, campanhas nos meios de comunicação. O CERMFL também integra a Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (REAMCAV) e participa de suas reuniões mensais.

As informações estatísticas apresentadas nesta pesquisa constituem o mapeamento do perfil das mulheres atendidas no CERMFL, no ano de 2015 com relação a: faixa etária, cidade, caracterização étnico racial, escolaridade, renda individual, ocupação, moradia, filhos/as, situação conjugal, relação autor/a da violência e tipos e local da violência.

2.3 INSTRUMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Foram realizadas reuniões com professores/as, alunas e a equipe do CERMFL, com objetivo de conhecer a dinâmica do CERMFL, interagir com a equipe multiprofissional, identificar as necessidades informacionais e o fluxograma de atendimento. Posteriormente, por meio da pesquisa documental, a coleta foi centrada nas fichas de atendimento das mulheres, com o propósito de conhecer a organização dos dados.

Importante ressaltar que a equipe do CERMFL entendia a necessidade de organização das fichas de atendimento e a produção de informação estatística como recurso estratégico para incrementar seu trabalho. A equipe técnica já sistematizava as informações, entretanto, no cotidiano, a demanda de trabalho e o grande volume de informação dificultaram a organização no sentido de criação de um banco de dados, a produção de informação estatística e a implantação de um sistema de informação. As atividades desenvolvidas no processo de pesquisa foram dinamizadas por meio do compartilhamento de saberes entre as profissionais do CERMFL e a equipe da pesquisa (CÔRTEZ; ALVES; SILVA, 2015).

Os dados foram coletados por meio de ficha de atendimento individual das mulheres atendidas em 2015. Organizamos os dados, criamos categorias classificatórias e os registros foram transferidos e sistematizados no *software* Excel. A análise dos dados foi dinamizada através da estatística descritiva.

3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A/O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIA/O

A Ciência da Informação surgiu em meados da Segunda Guerra Mundial, não sendo possível especificar com exatidão o seu surgimento. Para Borko, (1968) é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional, os meios e os processamento da informação para a otimização do acesso e uso. A sociedade da informação se caracteriza não na centralidade da informação e do

conhecimento, mas na transformação destes em forças produtivas, para que a informação se torne acessível.

Saracevic (1996, p.47), apresenta uma rede conceitual sobre as definições de CI a partir de Borko (1968), que traça seu próprio conceito de CI baseado no que ele chama de conceito contemporâneo da CI, que seria:

[...] um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

Diante de uma grande transformação pela qual a sociedade estava passando, tendo como marco a Revolução Industrial, houve a necessidade de novos conhecimentos concomitantemente à criação das associações científicas e dos jornais para a disseminação da informação, favorecendo o conhecimento científico facilitando a obtenção de informação. Diante do exposto, as primeiras raízes europeias do surgimento da CI encontram-se no Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), que em 1938 passa a se denominar Federação Internacional de Documentação (FID). Nos Estados Unidos, os primeiros indícios da CI estão ligados à criação do *American Documentantion Institute* (ADI). (FREIRE; FREIRE. 2010, p. 64).

Para Pinheiro (2002, p. 72), foram três os principais fatores que contribuíram para o surgimento da CI;

- O avanço científico e tecnológico, principalmente em função da 2º Guerra Mundial, tendo como consequência à “explosão bibliográfica”;
- A necessidade social, histórica, cultural e política do registro e transmissão dos conhecimentos e informações, produto do processo de desenvolvimento da Ciência e Tecnologia;
- O surgimento de novas tecnologias a partir do microfone e, principalmente, do computador.

Se o objeto de estudo da CI é a informação, um dos objetivos da área é contribuir para que as informações possam se tornar cada vez mais um elemento de inclusão social, trazendo desenvolvimento para o mundo. Araújo (2014, p.5-8) aponta quatro principais características da CI:

A primeira delas é a questão da interdisciplinaridade, apresentada como característica “natural” [...]. A segunda, a Documentação, tornou-se também uma disciplina científica, [...] refere-se à relação que se deu entre a Documentação e uma parte da Biblioteconomia (aquela relacionada com os aspectos de tratamento técnico dos documentos) [...]. O terceiro fenômeno importante foi à atuação que diversos cientistas começaram a desempenhar nas décadas de 1920 a 1940, primeiro na Inglaterra, depois nos Estados Unidos e em outros países, de prover seus demais colegas de informação em suas respectivas áreas de atuação – os chamados *science services*. O quarto fenômeno se deu na confluência de desenvolvimentos tecnológicos e a consequente problematização científica de seus desdobramentos.

A ciência da informação é, portanto, um marco na história das ciências que trouxe mudanças e contribuições para um novo meio de tratar, guardar e disseminar a informação. Ainda segundo Araújo (2014), a afirmação teórica da Ciência da Informação se deu em meados de 1960, nos Estados Unidos, na União Soviética e na Inglaterra. Nesse período, a CI, passou a se preocupar não apenas com a posse dos documentos, mas com a circulação, disseminação, acessibilidade, levando assim a CI a ser considerada uma ciência pós-moderna.

3.1 A AÇÃO SOCIAL DA/O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIA/O

A sociedade desde seus primórdios é movida e construída por meio de informação que ao longo dos anos vai sendo construída e disseminada. Deste modo, percebeu-se a necessidade de guardar essas informações já existentes e para isso era necessário um suporte para que as mesmas fossem armazenadas.

As primeiras inscrições de informação se encontram nas paredes das cavernas onde os povos antigos registravam seu modo de vida, por meio de desenhos, marcas. A partir desses primeiros registros surgiram muitos outros dos quais conhecemos e usamos hoje como livros, revistas, jornais, esculturas objetos, fotografias, entre tantas outras formas de suporte de informação. (LOUREIRO, JANNUZZI; 2005).

Para que essas informações fossem preservadas fez-se necessário criar um suporte maior para armazená-las. McGarry (1999, p.11) afirma que ‘as Bibliotecas em seu sentido mais amplo, existem há quase tanto tempo quanto os próprios registros escritos’. Ainda

segundo McGarry (1999) as primeiras bibliotecas do mundo foram: a biblioteca de Pergamo 133 anos a.C, abrigou cerca de 200 mil pergaminhos, e a Biblioteca de Alexandria 640 d.C.

No Brasil, a primeira Biblioteca do país surgiu no Colégio da Bahia (1568) em uma instituição de ensino dos Jesuítas no Brasil Colonial, e também as atividades de um/a Bibliotecária/o. (ALMEIDA; BAPTISTA,2013). No Brasil, o primeiro bibliotecário foi o jesuíta português Antônio Gonçalves, em 1604, na biblioteca do Colégio da Bahia (FONSECA, 1979). Nesse período ainda não existia no país o curso de formação para Bibliotecária/o que só veio a ocorrer no ano 1911, na Biblioteca Nacional. Porém, as aulas começaram quatro anos depois tendo em vista que os inscitos residiam em localidades muito distantes. (RUSSO, 1966; CASTRO, 2000). O curso da Biblioteca Nacional parou de funcionar em 1923 devido às mudanças instituídas em regulamento do Museu Histórico Nacional que estabelecia a criação do *Curso Technico*. As atividades voltaram em 1931 (CASTRO, 2000).

As/os primeiras/os bibliotecárias/o da história surgiram a partir de alguns religiosos da igreja católica, segundo (SIQUEIRA 2010, p.56)

A igreja católica, por exemplo, detinha o conhecimento da época, guardando os materiais da antiguidade clássica fora do alcance do povo, em sua maioria analfabeto, e restringindo até para os monges, também muitas vezes analfabetos, à técnica da cópia de livros. Desse modo, tanto a produção bibliográfica como a ordenação, armazenamento e guarda de livros era feita pelos religiosos, que podem ser considerados os primeiros bibliotecários.

De acordo com Arenas (1994) assim, nasceu a Biblioteconomia, e as/o profissionais bibliotecárias/os, inicialmente com função de “guardião da informação”, designados a organizar, administrar e cuidar da gestão de livros, e qualquer outro suporte de informação. A/o Bibliotecária/o foi visto assim por muitos anos, mas a sociedade mudou, as necessidades informacionais também, a/o Bibliotecária/o deixou de ser um/a profissional que apenas guardava a informação, mas que simultaneamente desenvolvia atividades da biblioteca pública e de práticas documentais. Os trabalhos de Paul Otlet e La Fontaine, sistematizaram conceitos para documentação a partir de estudos bibliográficos. (SIQUEIRA, 2010).

Com o avanço tecnológico a/o Bibliotecária/o continua tendo um papel fundamental na sociedade da informação, para Souto (2005, p. 30), “[...] de forma significativa no desenvolvimento/gerenciamento de serviços informacionais, assumindo, assim, uma notória participação no desenvolvimento industrial, social, econômico, cultural, científico e

tecnológico”. Uma sociedade em desenvolvimento entende que é por meio da educação e do bom uso da informação que ela se consolida desta forma cabe a/o Bibliotecária/o estar cientes dos novos desafios e estar apto a corresponder as novas demandas informacionais. Para Bueno e Blatmann (2005, p. 4)

[...] além das competências, conhecerem os recursos informacionais disponíveis para desempenhar com habilidade a pesquisa de conteúdos e tomar atitudes específicas quanto ao uso ético da informação (leal, sigiloso e confidencial). Ao reportar as atividades desenvolvidas utilizando as novas tecnologias da informação e comunicação na formação profissional espera-se buscar satisfação dos usuários no centro da informação.

A/o bibliotecária/o nos dias atuais tem compromisso com a responsabilidade social sendo chamado/a a ser agente transformador da sociedade por meio da da informação: Conforme Barreto (2002, p. 56) “[...] a informação quando corretamente transmitida tem o poder de modificar o estoque mental de saber do indivíduo trazendo benefícios para o seu desenvolvimento e para o bem estar da sociedade em que vive.”

Ou seja, a informação tem um papel fundamental na construção social de um povo, por meio dela é possível construir e formar pessoas, transformar realidades e formar outras. A informação é uma ferramenta essencial nos dias atuais para suprir as necessidades informacionais da nossa sociedade. Nascimento; Marteleto (2004, p. 8) enunciam que a informação é: “[...] capaz de criar ou informar novos contextos de significado [...]”.

Conforme Barreto (1994), para que a informação passe a intervir na vida social do indivíduo, produzindo conhecimento que promova o desenvolvimento social, a mesma precisa ser disseminada e aceita como tal.

Ainda segundo Garcia; Targino; Dantas (2012, p. 19)

A RS da Ciência da Informação refere-se à capacidade de priorizar a informação em suas diferentes nuances, como elemento precípua da comunicação, com enfoque sociológico que justifica o ciclo informacional sempre em prol da humanidade, mediante ações contínuas, sistemáticas e que expressem comprometimento das organizações envolvidas. Para tanto, por sua abrangência, o papel da RS da CI se apoia em atividades, sobretudo, da Biblioteconomia (sem deixar de lado Documentação, Arquivologia e Museologia), indo além da armazenagem, transmissão e recuperação da informação para alcançar produção/geração de conhecimentos, uma vez que todas essas diligências constituem responsabilidade social, fundamento intrínseco à CI.

A responsabilidade Social da/o profissional bibliotecária/o exerce um papel fundamental perante a sociedade, de forma a promover ações culturais e acesso aos fluxos de informação, buscando o desenvolvimento social e ético para a produção e disseminação do conhecimento entre as/os cidadãs/os, em especial aqueles/as marginalizadas/as socialmente. Desse modo, podemos dizer que à medida que a informação adquire relevância para a produção social, cresce a responsabilidade social do campo científico e social. (FREIRE, 2001).

No campo específico da violência contra mulheres, percebe-se uma grande necessidade de utilizar a informação como ferramenta necessária para fornecer visibilidade à questão da violência de gênero, já que faz parte da responsabilidade social do/a profissional bibliotecária/o apresentar organismos governamentais e não governamentais informações a respeito das mulheres em situação de violência. Do ponto de vista das mulheres, a informação pode contribuir para que as mesmas venham a ter acesso aos seus direitos e por meio deles possam ter subsídios para romper com o ciclo da violência.

A informação é um direito de todos mulheres/homens, pretos/brancos, pobres/ricos, cristãos/não cristãos, heterossexuais/ homossexuais, trata-se de um bem necessário na construção do ser cidadão/ã, e o Bibliotecário tem esse papel basilar na transformação social.

3.2 INFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

No Brasil, uma pesquisa realizada por Waiselfisz (2015, p.27) mostrou que, em relação à violência contra mulheres, o “Brasil está entre os países com maior índice de feminicídio no mundo ocupando o quinto lugar no ranking mundial de 83 países.”

O estudo empreendido pelo (INSTITUTO... 2014) explicita que:

Entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres no Brasil, 43,7 mil somente na última década, passando de 2,3 para 4,6 homicídios, apenas em 2011 mais de 4,5 mil mulheres foram assassinadas no país, dados e estatísticas sobre violência contra as mulheres mostram que 80,26% das mulheres vítimas de violência tinham relações afetivas com o agressor.

A violência pode se apresentar de múltiplas formas. Seu vocábulo possui origem latina e vem da palavra *vis*, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso

da superioridade física sobre o outro. Ainda segundo Minayo (2006), quem analisa os eventos violentos analisa que eles se referem a conflitos de autoridade, as lutas de poder entre os indivíduos

Para Teles e Melo (2003) violência constitui uma violação dos direitos humanos, podendo se manifestar através da utilização da força física, psicológica ou intelectual para coagir outra pessoa a fazer algo contra a sua vontade; é impedir a expressão do desejo e vontade da mulher. A violência contra mulheres é qualquer ato direcionado à mulher que venha ferir a sua integridade humana lhe causando danos físicos, psicológicos, morais, sexuais ou patrimoniais.

No ponto de vista de Odalia (1991), a violência não é evidente por si mesma em todas as suas manifestações, pois algumas são tão sutis que podem não ser reconhecidas. A violência psicológica, por exemplo, acontece das mais diversas formas e o mais agravante é que em muitos casos a própria vítima não se reconhece em situação de violência. De acordo com Souza e Cassab (2010, p.4), “Muitas pessoas nem sequer conhecem as expressões da violência psicológica. Na efetivação da harmonia familiar, muitas vezes, há um processo de naturalização da ofensa verbal”. Mesmo que ela não se perceba em situação de violência, qualquer ato que possa direto ou indiretamente lhe tirar a liberdade configura-se um ato de violência contra a mesma.

A UNFPA⁵ (2005) mostra que a violência contra as mulheres gera vários prejuízos à sociedade brasileira de forma direta e indireta, desde problemas de saúde física até problemas gastrointestinais, enxaquecas, dores crônicas, de ordem psicológica, depressão, ansiedade insônias, fobias, baixa autoestima, sintomas psicossomáticos, tentativas de suicídio, chegando até problemas de ordem social como queda no rendimento no trabalho, descontos pelos dias faltados, etc.

De acordo com Oliveira e Schraiber, (2013, p. 135),

⁵ O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) é a agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais, sendo responsável por ampliar as possibilidades de mulheres e jovens levarem uma vida sexual e reprodutiva saudável. O UNFPA trabalha para acelerar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar voluntário e a maternidade segura; e busca a efetivação dos direitos e oportunidades para as pessoas jovens. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/sobre-o-unfpa/missao>.

A violência doméstica contra a mulher também ocasiona danos a seus filhos, tais como menor imunização infantil, maior mortalidade até os cinco anos e maior prevalência de comportamento agressivo e problemas escolares. As crianças, além de testemunhar a violência, podem também ser agredidas pelo parceiro ou pela própria mulher, ocupando tais mulheres muitas vezes a situação de vítimas de seus parceiros e de agressoras de seus filhos. Os prejuízos causados pela violência contra mulheres são muitos. De acordo com Leitão (2012) os dados do Ministério da Saúde, do ano de 2011, apontam que a violência contra mulheres no Brasil causou aos cofres públicos um gasto de R\$ 5,3 milhões somente com internações, 5.496 mulheres foram internadas no Sistema Único de Saúde (SUS), no referido ano em decorrência de agressões. Além das vítimas internadas, 37,8 mil mulheres, entre 20 e 59 anos, precisaram de atendimento no SUS por ter sido vítimas de algum tipo de violência. O número é quase 2,5 vezes maior do que os homens na mesma faixa etária que foram atendidos por esse motivo, conforme dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde.

Os maiores prejuízos da violência contra mulheres não são apreendidos nas estatísticas, mas sim nas experiências, nas dores do corpo e da alma das vítimas, que, quando não têm as vidas ceifadas de imediato, vão tendo sua liberdade coibida devido a ameaças, empurrões, pontapés, beliscões; perdendo o direito de ir e vir, de trabalhar, de escolher a quem amar ou simplesmente quando deixar de amar.

A violência contra mulheres foi por muito tempo concebida como problema privado, de ordem individual. De acordo com Gonsalves (2010), a violência contra mulheres foi por séculos vivida de forma silenciosa e individualizada, garantida pelos princípios da inviolabilidade do mundo privado. Na história brasileira, a qual sofreu forte influência do Direito Romano, a família era organizada sob o princípio da autoridade marital, ou seja, a mulher casada era totalmente subordinada ao marido. Este princípio era denominado de *pater familias*.

Desde a década de 1970, a violência vem adquirindo outro caráter na sociedade através de manifestações do movimento feminista, tem havido mudanças de mentalidades que ressoam na implementação de órgãos de atendimento, na implantação de legislações, a exemplo da Lei 11.340/2006 - Maria da Penha.

3.3 USUÁRIAS/OS DA INFORMAÇÃO

A principal função de uma unidade de informação é atender as necessidades informacionais das/os usuárias/os por meio dos serviços oferecidos. Para que as unidades informacionais supram as necessidades informacionais das/os usuárias/os, faz-se necessário que elas/es os conheçam bem, buscando saber: Quem são? O que fazem? Porque buscam esses serviços? Qual o impacto que essa unidade provoca nesses indivíduos?

De acordo com Sanz; Casado, (1994) a/o usuária/a da informação é o aquele que precisa e usa a informação para desenvolver suas atividades, podem ser grupos de indivíduos que acessam a mesma unidade ou grupos diferentes que acessam uma determinada unidade informacional como biblioteca, arquivos, serviços de informação, e unidade informacional.

A/o usuária/o é o centro de uma unidade de informação, de forma que uma unidade informacional deve ter como fim último a satisfação do usuário, e para que isto ocorra faz-se necessário a realização de estudo para verificar a satisfação do mesmo. (GUINCHAT; MENO 1992, p.481-492).

Em geral, o estudo de usuárias/os é visto sob dois aspectos: a abordagem tradicional e a abordagem alternativa. A abordagem tradicional “compreende os estudos sobre como as bibliotecas e centros de informação são utilizados”, isto é como bibliotecas, centros de informação, arquivos, museus, ou qualquer outro ambiente físico ou virtual que dissemine informação, em contrapartida, a abordagem alternativa “compreende os estudos centrados nos usuários”, ou seja, os estudos são centrados no próprio usuário dessa informação o foco principal (COSTA; RAMALHO, 2010, p.102)

O Centro de Referência da mulher Fátima Lopes configura-se como uma unidade informacional que tem como usuárias as mulheres que estão em situação de violência e busca oferecer por meio dos seus serviços meios que possam contribuir para que a mulher rompa com a da situação de violência. Para oferecer um serviço de qualidade é essencial realizar estudos, pesquisas para conhecer os/as usuários/as e suas necessidades informacionais: é o que denomina-se estudo de usuário. Para Figueiredo (1979, p.79).

Estudo de usuários são investigações que se fazem para se saber se os indivíduos precisam, em matéria de informação, ou então, para saber se as necessidades de informação, por parte dos usuários de um centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada.

Os estudos de usuárias/as têm contribuído para o planejamento dos serviços de informação, criação de sistemas de informação, bem como organização, armazenamento, disseminação e recuperação das informações. No Centro de Referência não tem sido diferente. Por meio das informações e divulgações dos serviços oferecidos é que as mulheres em situação de violência têm tomado conhecimento dos seus direitos, do apoio que o estado oferece por meio dos serviços da rede de enfrentamento a violência contra mulheres.

Nosso objeto de estudo é a unidade informacional Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes, tendo como foco conhecer o perfil das usuárias, faixa etária, tipo de violência sofrida, local de ocorrência da violência, dentre outras, almejando potencializar as ações dinamizadas pelo órgão. O centro trabalha com várias ferramentas as quais chamamos de canais de informação. Os canais de informação é uma ferramenta importante sendo uma via pela qual a informação é angariada, os canais de informação são formais e informais, semi-formais e supra- formais, (COSTA, 2008).

Existem alguns motivos pelos quais as pessoas buscam o acesso à informação. O primeiro passo para se buscar ajuda é a existência de um problema, de um questionamento, de uma indagação a partir do momento em que o/a usuário/a busca uma unidade informacional, é compromisso desta oferecer opções para atender as demandas.

Frente estas colocações, considera-se a mediação da/o profissional Bibliotecária/o é imprescindível para que as informações construídas em unidades informacionais não tradicionais a exemplo do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes Bezerra, possam atender as necessidades das usuárias, gerar novos conhecimentos a fim de subsidiar o planejamento de políticas públicas, qualificar o atendimento integral às mulheres e a realização de pesquisas para a compreensão da violência. (CORTES, ALVES, SILVA, 2015)

3.4 MOVIMENTO FEMINISTA E O PROTAGONISMO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

O Movimento Feminista surgiu na primeira metade do século XIX, em um período em que a sociedade passava por um processo de transição. Para Pinto (2004, p.35),

O feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura.

De acordo com Costa (2005) o Movimento Feminista é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das idéias iluministas e transformadoras da Revolução Francesa e Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, com foco no questionamento da situação social das mulheres, tanto no espaço público como também no privado.

Segundo Pinto (2009, p.15-16),

No Brasil, o feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. A *sufrajetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto.

Nesse período, ocorreu no Brasil o surgimento do primeiro Partido Republicano Feminista que foi criado e idealizado por Leolinda Daltro, suas contribuições obtiveram resultados importantes fazendo história no estado de São Paulo. Segundo Costa (2005, p.12-13),

No Brasil, merece destaque a criação do Partido Republicano Feminista, pela baiana Leolinda Daltro, com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio, e a Associação Feminista, de cunho anarquista, com forte influência nas greves operárias de 1918 em São Paulo. As duas organizações foram muito ativas e chegaram a mobilizar um número significativo de mulheres. Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas.

A partir dos anos de 1920, a luta sufragista acontece em muitos países latino-americanos, seu principal objetivo era conquistar o direito ao voto, que no Brasil aconteceu somente no ano de 1930. Países como México, Peru e Colômbia só vão conquistar o voto na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial. (JAQUETTE, 1994).

Essa discussão chegou ao Brasil em um momento muito peculiar da nossa história, em pleno regime militar instalado a partir do Golpe Militar de 1964. Muitas das suas integrantes eram oriundas de organizações da chamada “Esquerda Revolucionária”, vinculadas a uma perspectiva marxista de liberação nacional. Essas e outras vivenciaram a experiência da luta armada, da clandestinidade, das prisões, da tortura, do exílio e em especial, vivenciaram o autoritarismo e o sexismo tanto das organizações da esquerda na qual militavam quanto da direita através dos mecanismos repressivos do Estado. (COSTA, 2009).

Na década de 1970, o Movimento Feminista desenvolveu um trabalho na luta pelos direitos das mulheres suscitando discussões a respeito das múltiplas possibilidades e direitos pelos quais estas deveriam lutar. No enfrentamento à violência contra mulheres não foi diferente, em um período em que a sociedade brasileira estava passando por momentos de muitas mudanças e incertezas. Carole Pateman (1996, p. 47) afirma que:

[...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual. [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas.

Através das lutas do Movimento Feminista foi possível criar novas formas de pensamento e de construção de uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres. Para Timóteo (1995, p.93),

O movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido. [...] o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas. Um exemplo tem

sido toda a crítica ao modelo de cidadania universal e, conseqüentemente, a contribuição do feminismo na elaboração do moderno conceito.

O feminismo rompe com os próprios limites do conceito inicial, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais. A luta do movimento conquistou uma dimensão inimaginável ocasionando uma mudança de comportamento na sociedade, se inserindo no meio político, e criando por meio de políticas públicas meios para coibir e romper com as situações de opressão em que a mulher brasileira se encontra. (COSTA, 2005).

Um fator que deu impulso à luta do Movimento foi à implantação do Ano Internacional da Mulher promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975. Ainda neste ano, ocorreu o surgimento do primeiro jornal criado pelo Movimento em Londrina Paraná, chamado Jornal Brasil Mulher. Em 1976, um grupo de mulheres universitárias e militantes e do movimento estudantil criou outro jornal chamado *Nós Mulheres*. Neste processo, a informação foi utilizada como uma ferramenta poderosa para que as lutas e as idéias do movimento passassem a ser conhecidos. (TIMOTEO, 1995).

Segundo Pinto (2009) outro marco importante na história do movimento feminista foi à realização da I Conferência Internacional da Mulher, no México, em 1975. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os dez anos após a conferência como a década da mulher. A partir desta Conferência, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: houve inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas, tais como: violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito a terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, orientação sexual.

Na década de 1980, foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) de acordo (Pinto, 2009, p.17)

Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi à criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com *status* de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres

na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo.

Ainda no início dessa década de 1980, uma outra conquista importante aconteceu, foi à criação do primeiro órgão de atendimento à mulher como afirma Silveira (2006, p.52- 57).

[...]Em 10 de outubro de 1980, após uma manifestação realizada nas escadarias do Teatro Municipal, é inaugurado o primeiro SOS do Brasil. Sem total clareza acerca do trabalho a ser desenvolvido, a criação dos SOS revelou a necessidade de oferecer atendimento às situações de violência, ao mesmo tempo em que mostrou o tamanho do desafio: No ano de 1985 é criada a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, no Estado de São Paulo - experiência gestada originalmente no Brasil e que seria reconhecida e replicada internacionalmente.

Na década de 1980, ativistas do movimento mulheres e movimento feminista entraram em vários partidos políticos, sindicatos, criaram organizações não-governamentais (ONGs). Segundo Timóteo (1995, p.99)

A atuação do feminismo em nível institucional, isto é, na relação com o Estado, nesse e em outros momentos, não foi um processo fácil de ser assimilado no interior do movimento. A participação nos conselhos, e em especial, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), foi uma questão polêmica que incitou os ânimos no VII Encontro Nacional Feminista, realizado em 1985, em Belo Horizonte. A perspectiva de atuar no âmbito do Estado representava, para muitas mulheres, uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista.

Por meio das lutas do movimento feminista com CNDM, conseguiram lançar uma Campanha Nacional intitulada “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, em que as mulheres apresentaram à sociedade civil e aos constituintes uma carta chamada Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte. Por meio desta carta as, mulheres reivindicavam a construção de uma legislação mais igualitária, tendo através dela conseguido se inserir no Congresso Nacional (COSTA, 1998, p. 117).

Nos anos 1990, o Movimento já organizado se expandiu de diversas formas nas mais diversas camadas sociais, conforme Costa (2005, p.19)

Multiplicaram-se as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos

de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular.

Nesta dinâmica, as mulheres se mobilizavam e se organizavam para dar continuidade as conquistas já existentes e ganhar novos territórios, na política, nas universidades por meio de produção científica acerca do assunto, por meio de revistas, jornais, canais de televisão, discussões nos grupos de mulheres, nas ONGS, etc.

3.5 O CONCEITO RELAÇÕES DE GÊNERO

A violência contra mulheres ocorre em contextos de profundas desigualdades de gênero na sociedade.

O uso do conceito de relações de gênero passou a ser utilizado pelo Movimento Feminista no Brasil em meados dos anos 1980, por meio de um frutífero diálogo entre academia e movimento social, e foi introduzido nas Ciências Sociais através do movimento feminista, em seus questionamentos e reivindicações sobre a situação social das mulheres. (SCAVONE, 2010).

O termo gênero utilizado não se refere ao sexo masculino e feminino exclusivamente, mas ele passou a ser utilizado com um sentido mais amplo pelo movimento feminista e acadêmico para abordar as diferenças construídas socialmente entre mulheres e homens:

Louro (1997, p.22) enuncia que:

Não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia. O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas.

Gênero, portanto, é um termo utilizado para dar significado à construção dos sujeitos, na concepção de Scott (1990, p.14) “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]”. A partir da compreensão aprofundada sobre gênero é

possível criar mecanismos informacionais que possibilitem uma compreensão aprofundada do fenômeno da violência contra as mulheres.

Para Louro (2003, p.22),

Não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia. O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas.

Deste modo, o que se pretende por meio deste conceito é desnaturalizar comportamentos, representações e dar visibilidade às diferenças socialmente construídas e, refletir sobre como estas diferenças têm se convertido em desigualdades, em especial para as mulheres salários mais baixos, maior carga horário de trabalho, dificuldade de participação política partidária, repressão sobre o direito ao próprio corpo. No caso das mulheres negras as desigualdades são potencializadas com a imbricação racismo e sexismo. .

Segundo Ferreira (2003, p.196), “a informação é um dos fatores primordiais para favorecer mudanças”, e na CI ainda são poucas as produções que articulam a Ciência da Informação com Estudos de Gênero e Violência contra mulheres (BRUFEN; NASCIMENTO, 2012; ESPÍRITO SANTO, 2008) ⁶.

Vejamos quando se trata do termo “gênero”, uma pesquisa realizada por Bufrem e Nascimento (2012), na Brapci, entre os anos de 1972 e 2011, mostra que, foram recuperados ao todo 74 artigos que abordaram essa temática; estes artigos foram escritos por 102 autores/as diferentes, sendo que sua maioria foi escrita por mulheres, chegando ao percentual de 79,28%, e apenas 20,72% produzidos por homens. Esse dado vem nos mostrar que, em maior parte, esse tema vem sendo abordado e construído por mulheres. Na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), que atualmente disponibiliza em sua base 8.303 textos publicados em 37 periódicos nacionais impressos e

⁶ Ver Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Em levantamento da literatura indexada pela BRAPCI, com o termo de busca Violência and Mulheres, foram recuperados apenas quatro artigos, no período de 1972 a 2011, no total de 8772 publicados em 37 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de CI.

eletrônicos da área de CI, nós localizamos 4 trabalhos que abordam a temática violência contra mulheres⁷, o que reforça a carência de estudos sobre essa temática.

De acordo com Bufren e Nascimento (2012) em um levantamento feito na BRAPCI, como fonte de informação, localizaram somente 74 artigos sobre a temática violência contra mulher no período de 1972 a 2011, dados significativos visto que localizaram somente 74 artigos sobre a temática no período de 1972 a 2011. Contudo, as autoras constataam a majoritária presença da mulher como produtora de informação e o aumento no número de artigos publicados a respeito do tema nos últimos anos.

Segundo Olinto (1997, p.2) a Biblioteconomia enquadra-se nos níveis de elevada feminização, que inclui profissões com percentual de mulheres acima de 80%. Segundo Ferreira (2003, p.193).

As pesquisas sobre mulher e gênero na biblioteconomia são ainda em número bastante limitados, o que torna a discussão quase sempre difícil, já que os profissionais da informação, em geral não relacionam a desvalorização social da profissão com o fato dela ser uma categoria predominantemente feminina.

Ainda de acordo Ferreira (2003, p.197), nas profissões ditas femininas, como Enfermagem, Psicologia, Pedagogia, “[...] há uma tendência á desvalorização, essa desvalorização é reconhecida como aspecto estrutural de segregação ocupacional da mulher.” Tal situação dificulta o progresso científico profissional das mulheres. Desta forma, grandes são os desafios para chegarmos à igualdade entre mulheres e homens na ciência e na valorização e reconhecimento da Biblioteconomia.

⁷ Para recuperar a informação, fizemos uma busca por todos os campos de pesquisa (título, palavras-chave, resumo e autor/a) da Brapci, e usamos o termo: violência contra mulheres. Sendo encontrados os artigos das seguintes autoras:

FERNANDES, Isis Cleide da Cunha. A Cobertura da violência contra as mulheres nos jornais de Cabo Verde; **Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde**: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas.

GOLDÁRAZ, Elena Bandrés. **Proposta para o tratamento eficaz da violência de género.**

ROMERO, Olga Bustos. **Cinismo en el lenguaje**: claves para erradicarlo en los medios y en las instituciones | Cinismo na linguagem: chaves para erradicá-lo nos meios e nas instituições.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; LUCIANO, Maria Cristiana Félix; DIAS, Karla Cristina Oliveira. **A Informação no enfrentamento à Violência contra Mulheres**: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência.

A necessidade de dar vida a práticas de circulação e apropriação da informação correspondentes, que se enraíze tanto na subjetividade feminina envolvida na transmissão dos saberes quanto nas necessidades informacionais e de construção de conhecimentos das 'usuárias', se coloca na base das reflexões sobre as possibilidades de uma mediação de gênero, como projeto para eliminar a insignificância do ser sexuado em sua relação com a informação e a produção do conhecimento, dando voz e sentido à presença das muitas mulheres, profissionais e usuárias, que atuam na esfera da transmissão e apropriação da informação (CRIPPA, 2011, *online*).

Neste cenário a/o profissional da informação, pode atuar como facilitadora/o da comunicação do conhecimento na sociedade, democratizando o acesso e colaborando na formação das/os cidadãs/os, o que Freire denomina como responsabilidade social da/o profissional da informação. (ARAUJO; FREIRE, 1999, p. 14)

Os estudos de gênero vêm construindo uma nova mentalidade nos meios informacionais, oferecendo os instrumentos de análise de como e para quem a participação das mulheres se torna componente de mudança da realidade e configuram-se como parte da história. Crippa (2011) enuncia a importância das mulheres nos atos de mediação e empoderamento da informação em um conjunto de circulação de saberes institucionalizados. (CRIPPA, 2011).

É por meio das ferramentas de trabalho a que lhe são designadas que as/os bibliotecárias/os podem transformar o meio em que vivem, usando a informação como ferramenta que constrói, forma e liberta. Para que haja o rompimento desta situação é preciso que as unidades de informação contribuam para essa realização através de meios de divulgação. Os/as profissionais da informação devem criar possibilidades de difusão de informação para públicos específicos, por meio de bibliotecas e de informações de referências, como também através de folhetos e programas intermitentes de educação pública voltada para as mulheres vítimas da violência.

3.5.1 Breves Considerações acerca da implantação de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

Como vimos acima, foram os movimentos feministas e de mulheres que, depois de muitas lutas, conseguiram junto aos representantes da sociedade ter um olhar de intervenção em relação à problemática da violência contra mulheres. No entanto, estas conquistas não

ocorreram de imediato: foram muitas reivindicações e campanhas para que, de fato, se tornassem compromisso dos governos.

Somente a partir da Conferência Mundial sobre a Mulher (MÉXICO, 1975) que Estados nacionais passaram a aceitar a criação de um órgão de políticas públicas de defesa dos interesses femininos. As funções concretas de tal organismo eram,

Investigar a situação da mulher, propor legislação, definir uma política de prioridades e respectivos programas de implementação, manter programas de supervisão e Fiscalização dos planos adotados e cooperar com organismos internacionais e entidades privadas. (COSTA, 1985, p.5)

Segundo Teles (2003) no Brasil, no final da década de 1970, surgiu por meio do movimento de mulheres o SOS- Mulher, em 10 de outubro de 1980, num encontro de mulheres promovido em Valinhos. Após uma manifestação realizada nas escadarias do Teatro Municipal, a criação dos SOS - Mulher constitui um marco no atendimento direto às mulheres vítimas de violência no Brasil. Os SOS - Mulher funcionava no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Campinas e São Luís. Inicialmente atuando como uma ferramenta com práticas inéditas para o movimento de mulheres, o SOS prestava serviços por meio de informação dos direitos e orientação jurídica gratuita para mulheres vítimas de violência, (SILVEIRA, 2006).

As Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) foram criadas em agosto de 1985, na cidade de São Paulo, sob pressão do movimento de mulheres e do Conselho Estadual da Condição Feminina (SAFFIOTI, 1997,). Com o objetivo de coibir, punir e combater a violência cometida contra mulheres, nas DEAMs procurava-se oferecer um atendimento assistencial às mulheres em situação de violência doméstica. É essencial que os/as profissionais que atuam nas DEAMs sejam formados/as em relações de gênero para a compreensão acerca desse tipo de violência, além de estarem qualificados/as para investigação criminal. (SECRETÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2010).

Para Pasinato e Santos (2008), duas forças impulsionadoras contribuíram para a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento as Mulheres em 1985:

O primeiro foi à expansão e pressão dos movimentos feministas e de mulheres no início dos anos de 1970 e o segundo o processo de transição

política do regime militar para o civil e de redemocratização do Estado dando lugar à criação de novas instituições e leis que pudessem corresponder a um Estado de Direito democrático e ao reconhecimento dos direitos de cidadania plena para todos (as) os (as) brasileiros (as). (PASINATO; SANTOS, 2008, p. 9).

Saffioti (1997) enuncia que as DEAMs são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência. As atividades das DEAMs têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito aos direitos humanos e nos princípios do Estado Democrático de Direito.

As DEAMs foram criadas para prestar serviços especializados diante das necessidades das mulheres em situação de violência doméstica, de sorte que estas devem ter uma estrutura diferenciada das demais, tendo em vista que seu público requer uma atenção particular e direcionada, fazendo-se necessário contar em seus quadros com uma estrutura e profissionais capacitados/as e multidisciplinares das diversas áreas como: psicólogos/as, assistentes sociais, advogados/as, além de policiais preparados/as e sensíveis à situação da mulher, por ser o acolhimento o primeiro passo para que a vítima possa romper com o ciclo da violência em que se encontra. (MELO; TELES, 2003).

De acordo com as normas Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), os objetivos das DEAMs são:

[...] prevenir, registrar, investigar e reprimir atos ou condutas baseadas no gênero que se configurem infrações penais e que tenham sido cometidos contra mulheres em situação de violência, por meio do acolhimento com escuta ativa, realizada preferencialmente por delegadas, mas também delegados e equipe de agentes policiais, profissionalmente qualificados e com compreensão do fenômeno da violência de gênero, nos termos da Convenção de Belém do Para. (SECRETÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2006).

Após trinta anos do surgimento da primeira delegacia da mulher, muitas outras foram abertas por todo o país, no entanto, nem todas têm as mesmas características e estrutura física e recursos humanos. Atualmente no Brasil existem 500 delegacias de atendimento especializado a mulher em situação de Violência (INSTITUTO... 2014).

Silveira (2006) *aponta* que em muitas situações as DEAMS perdem suas características policiais para se amoldar às demandas psicossociais imediatas das mulheres. A falta de equipamentos e infraestrutura na grande maioria delas impede a adequada intervenção nos casos onde a gravidade exigiria uma ação de caráter policial - porte de arma, ameaças de morte, violências graves.

As DEAMs sem dúvida têm sido de grande importância para as mulheres que se encontram em situação de violência, no entanto, as DEAMs devem não apenas fazer o seu trabalho de forma isolada, mas atuar em rede com os demais serviços oferecidos na Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres para que o combate a este tipo de violência seja mais efetivo e mais mulheres tenham acesso aos serviços oferecidos. (PASINATO; SANTOS, 2008).

No tocante aos Conselhos de Direitos da Mulher, frisa-se que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) surgiu em 1986. Os Conselhos representariam uma das expressões dessa nova participação das mulheres na esfera pública, em convergência com o crescimento dos mandatos femininos no poder legislativo, a multiplicação dos grupos que compõem o movimento de mulheres e das organizações não governamentais de gênero. (SANTOS, 2005).

As Casas Abrigo surgiram nos anos 1990, para mulheres com risco de morte em decorrência da violência doméstica. No entanto, as Casas Abrigo não são um serviço permanente de assistência às mulheres em situação de violência doméstica, pois seu objetivo é proporcionar, por um determinado período, segurança à mulher que corre risco eminente de maiores agressões com risco de morte. De acordo com a SECRETÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2011, p. 27), as casas abrigo são:

[...] locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral as mulheres em risco iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias permanecem por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.

De acordo com Bandeira (2014) atualmente há um total de 80 Casas Abrigo espalhadas pelo Brasil, nas principais cidades do país, o que é considerado um número

pequeno, considerando o tamanho territorial do Brasil e o grande índice de mulheres que necessitam deste serviço todos os dias.

Diante de todas as conquistas já realizadas pelo movimento de mulheres e o movimento feminista, em 2003 aconteceu um marco que veio a fortalecer e direcionar os movimentos em atuação: a Secretaria Nacional de Política para as mulheres, que surgiu no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. O órgão apareceu com o objetivo de criar efetivar e, “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente”. (SECRETÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011, p. 27).

Com esse objetivo, a Secretaria busca a valorização da Mulher e sua inclusão no processo de desenvolvimento social, político e cultural do país. SECRETÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011). As três principais linhas da SPM são: Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e; Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), foi implementado em 2005 como resultado das propostas da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004⁸, com o auxílio dos governos nacionais, estaduais e municipais e de mulheres de todo o país, nesta conferência tiveram a oportunidade de debater, e elaborar as propostas durante as etapas municipais, regionais e estaduais. Com a participação de 120.000 (cento e vinte mil) mulheres de todas as partes do país e de todas as diversidades. O governo apresentou o plano Nacional com o seguinte compromisso,

Este Plano Nacional reafirma o comprometimento do Governo Federal, e dos demais entes governamentais, com a incorporação da perspectiva de gênero e de raça nas políticas públicas reconhecendo e enfrentando as desigualdades entre homens e mulheres, negros e negras, no contexto do projeto político de gestão governamental, que vai se configurar, enquanto política de Estado (BRASIL; I PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004, p. 11).

⁸ Até o momento aconteceram três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres nos anos de 2007, 2010 e a próxima será em 2015.

O PNPM tem como prioridades alguns pontos tais como:

Igualdade e respeito à diversidade; Equidade; Autonomia das mulheres; Laicidade do Estado; Universalidade das políticas; Justiça Social; Transparência dos atos públicos e; Participação e controle social (PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2005, p.5).

Desse modo o PNPM, tem dado uma grande contribuição aos movimentos e criado meios para combater a violência contra mulher. Mas, para que os trabalhos tenham os objetivos consolidados como o planejado, faz-se necessária uma interação entre os órgãos e suas ações.

Após o PNPM em 2005 foi criado no ano seguinte sendo uma das mais significativas conquistas dos movimentos em conjunto com o governo, a criação da Lei 11340/2006, mais conhecida nacionalmente e internacionalmente como Lei Maria da Penha. A lei surgiu depois de muitas lutas do movimento feminista e de mulheres que inconformadas com a impunidade no cenário nacional em relação à violência doméstica e familiar cometida contra mulheres, se uniram para encontrar e consolidar meios que pudessem contribuir com o rompimento da impunidade com que os agressores geralmente eram contemplados. A Lei 11340/2006, Lei Maria da Penha, tem como objetivo:

Ser um instrumento de mudança política, jurídica e cultural construindo as estratégias de sensibilização e conscientização sobre as situações traumáticas sofridas pelas mulheres creditando na potencialidade de suas normas para estabelecer mudanças estruturais na sociedade a partir (referente à violência sofrida por Maria da Penha Maia Fernandes) desse caso de violência.

A lei foi sancionada em 7 de agosto de 2006, pelo então Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Surgiu com uma intervenção direta da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo o estado brasileiro sido condenado pela (OEA), após a Comissão ter analisado a denúncia de impunidade do crime praticado contra Maria da Penha Maia Fernandes⁹. Foi determinado que além do julgamento do agressor, o país se comprometesse a elaborar uma lei específica relativa à violência contra as mulheres, resultando na implantação da referida Lei. (LEI 11340/2006).

⁹ Crimes contra a Maria da Penha - Maria da Penha Maia Fernandes farmacêutica bioquímica, que deu nome à Lei nº 11.340/2006, mãe de três filhas foi casada com o economista e professor universitário Marco Antônio Heredia Viveros, ele foi o responsável por ela ter ficado paraplégica devido a um tiro de espingarda que o mesmo disparou contra ela. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/quem-e-maria-da-penha-maia-fernandes/>.

Dentre as conquistas da Lei, destacam-se:

- A adoção de medidas protetivas;
- Assistência jurídica;
- Possibilidade de prisão em flagrante e preventiva do agressor;
- Inclusão da mulher no cadastro de programas assistenciais dos governos federal, estadual e municipal;
- Atendimento especializado na saúde, com objetivo de preservar a integridade física e psicológica da vítima;
- Manutenção do vínculo trabalhista, caso seja necessário o afastamento do local de trabalho.

Ainda segundo a lei, quando se trata do agressor, ela estabelece alguns critérios em relação à punição do mesmo. Três destes critérios são:

- ❖ A suspensão das penas pecuniárias;
- ❖ Os julgamentos dos crimes contra a mulher passam a ser julgados nos juizados/varas especializadas de violência doméstica e familiar contra as mulheres, com competência civil e criminal, equipados com equipe multidisciplinar composta de psicólogos e assistentes sociais treinados para um atendimento totalizante, especializado e humanizado;
- ❖ A criação de mecanismos específicos de responsabilização e educação dos agressores, com possibilidade de o juiz decretar o comparecimento obrigatório do autor da agressão condenado criminalmente.

Dentre os avanços trazidos pela Lei 11340/2006 ressaltamos a prerrogativa de que o governo federal, estados e municípios, produzam dados e estatísticas a respeito do perfil das mulheres, da dinâmica da violência, foco deste trabalho. Importante salientar que a Lei Maria da Penha é um grande avanço, mas para que efetivamente seja colocada em prática, é mister a mudança de mentalidade a respeito da violência contra as mulheres por parte de profissionais das diversas áreas, saúde, segurança pública, promotorias, juizados, dentre outros.

No ano de 2015, a lei Maria da Penha ganhou uma aliada, a lei do Femicídio - Congresso Nacional Projeto de Lei (PLS 292/2013) que modifica o Código Penal Brasileiro

(Decreto-Lei 2.848/1940). No dia 9 de março de 2015 foi criada a Lei ordinária do Femicídio, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. Segundo Oliveira (2014), femicídio é um termo usado para designar toda violência contra a mulher que leva ou pode levar a morte. Vai desde o assédio verbal e outras formas de abuso emocional, até o abuso físico ou sexual. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o femicídio geralmente envolve assassinato intencional de mulheres apenas por serem mulheres.

De acordo com a legislação penal, Lei (PLS 292/2013) o femicídio será caracterizado como qualificado quando ocorrer:

Mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; por motivo fútil; com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido ou para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

Para que o crime seja considerado femicídio, a Lei (PLS 292/2013) aponta três circunstâncias para caracterização do femicídio, passíveis de ocorrer de forma isolada ou cumulativamente.

- Em primeiro lugar, a relação íntima de afeto ou parentesco – por afinidade ou consanguinidade – entre vítima e agressor, seja no presente ou no passado;
- Outra hipótese é a prática de qualquer tipo de violência sexual contra a vítima, antes ou após sua morte;
- Por fim, a mutilação ou desfiguração da vítima, antes ou após sua morte;

Em alguns países essa lei do femicídio já existia como: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela, Gasmar (2015).

Para a efetividade das ações expostas reitera-se a necessidade da integração da rede de atendimento a mulheres em situação de violência e a interação dos governos federal, estadual e municipal, das universidades, movimentos sociais e da sociedade como um todo.

3.5.2 Centro de referência: unidade informacional

Baseado no SOS da década de 1980 surgiu um serviço de grande importância na luta para combater a violência contra as mulheres: os Centros de Referência da Mulher. Segundo a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher (2006, p.15), tais Centros são:

[...] espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento à mulher em situação de violência, que proporcione o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania.

O atendimento do Centro de Referência da Mulher tem características próprias que diferenciam seu atendimento às mulheres em situação de violência dos demais órgãos, que são:

- Aconselhamento em momentos de crise;
- Atendimento psicossocial;
- Aconselhamento e acompanhamento jurídico;
- Atividades de prevenção;
- Qualificação de profissionais;
- Articulação da rede de atendimento local;

Ainda segundo a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher (2006, p.31) outra característica própria do Centro de Referência da Mulher é sua equipe técnica que é formada por:

Quadro 1 – Organograma do CERMFL

Serviços	Profissionais	Quantidade
Coordenação	Coordenadora(o)	1
Recepção	Secretárias (os)	2
Atendimento Inicial	Psicóloga (o)	1

	Assistente social	
Atendimento Jurídico	Advogada (o)	1
Atendimento Social	Assistente social	1
Atendimento Psicológico	Psicóloga (o)	1
Atividades Complementares	Arte-terapeuta	1
Brinquedoteca	Educadora (o)	1
Serviços Gerais	Ajudante-geral	1

Fonte: Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher (2006, p.31).

Os Centros de Referências funcionam como via de mão dupla, acolhendo as mulheres encaminhadas de outros serviços como as DEAMs, Casas Abrigo, dentre outros. Os Centros fazem também o caminho inverso, ou seja, quando a mulher chega primeiro ao Centro de Referência, se necessário, a equipe do mesmo encaminha a mulher para as DEAMs, Centros e demais serviços. Além disso, os centros têm, entre seus objetivos, a discussão da construção social do papel das mulheres e da construção da subalternidade; e a recuperação da cidadania, autoestima e confiança nas próprias percepções e decisões (SILVEIRA, 2006, p.64).

Os Centros de Referências hoje são um instrumento de grande importância no auxílio às mulheres que buscam sair do ciclo de violência podendo encontrar neste serviço ferramentas que venham a transformar a situação de violência doméstica em superação. De acordo com a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência da Mulher (2006, p. 11)

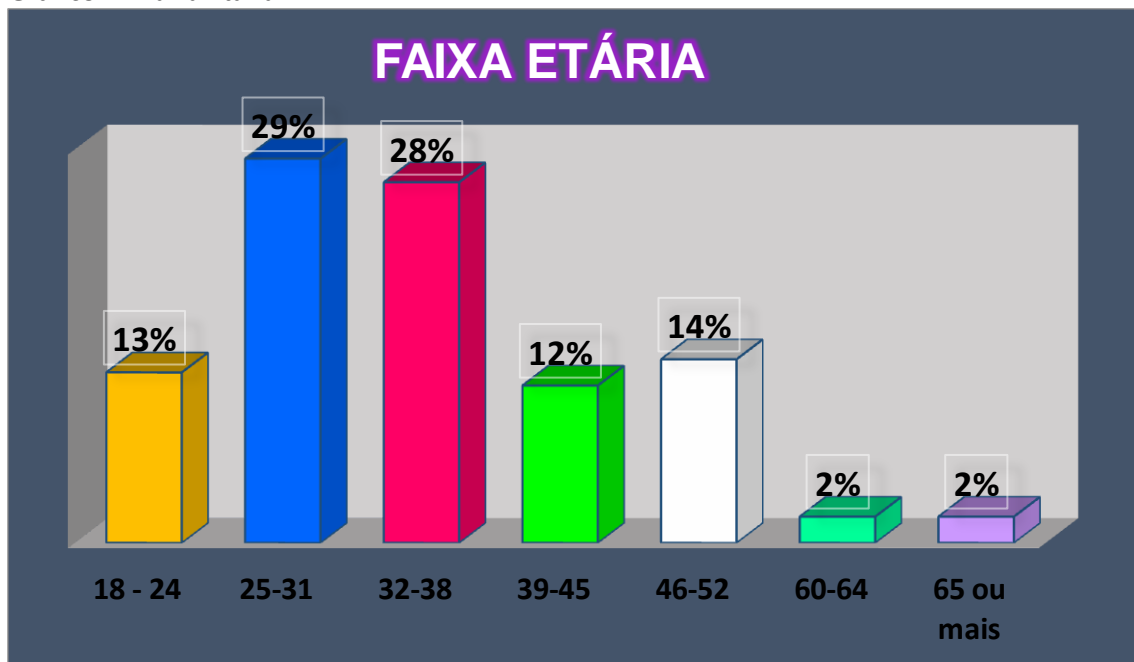
Os Centros de Referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visam promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero.

Além destes serviços, o Centro tem algumas estratégias que busca uma interação entre os outros órgãos que lidam com a questão de gênero, favorecendo o fortalecimento das redes de atendimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES PRELIMINARES: O perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência Fátima Lopes

As informações estatísticas inseridas nos gráficos abaixo são dados da pesquisa realizada no ano de 2015, por meio das informações de 58 mulheres atendidas. Os dados foram coletados das fichas individuais de atendimento das mulheres e transferidos para o software Excell. Posteriormente, elaborados gráficos. Para fins desta pesquisa apresentaremos as variáveis concernentes à: faixa etária, cidade, caracterização étnico/racial, religião, escolaridade, renda, ocupação, moradia, filhos/as, situação conjugal, relação com o/a autor/a da violência, local de ocorrência, tipo de violência, e canais de informação.

Gráfico 1 - Faixa Etária



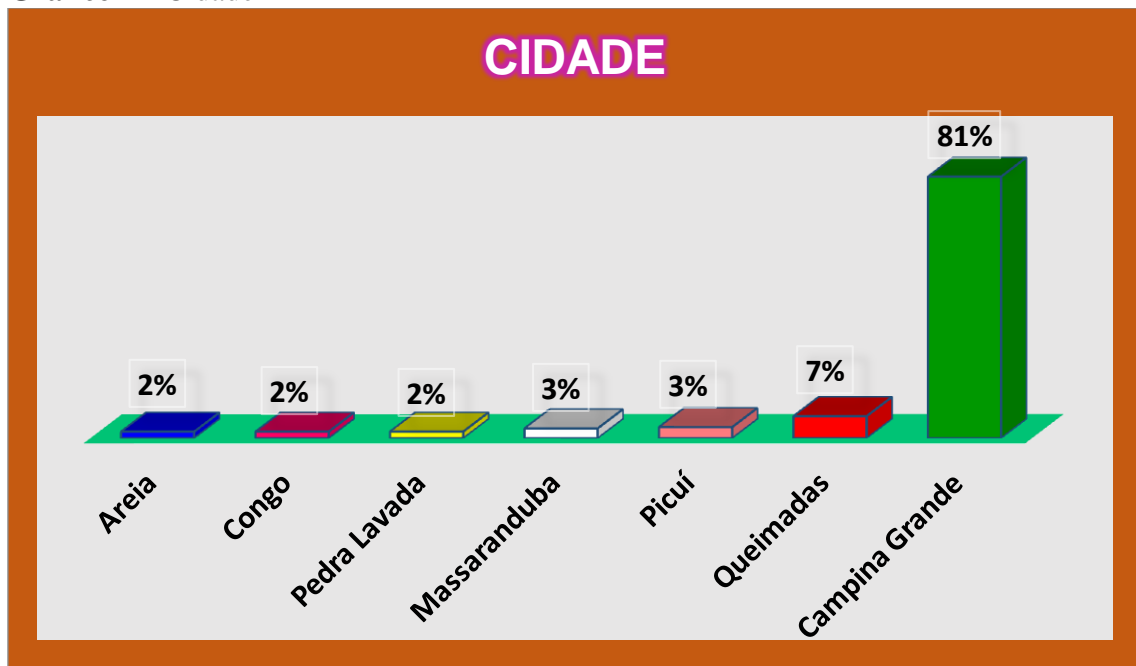
Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Em relação á faixa etária, de acordo com as informações do Gráfico1, as usuárias que buscaram o CERMFL, em 2015, são em sua maioria mulheres jovens, (42%) das mulheres estão entre 18 a 31 anos, (28%) estão entre 32 a 38 anos, (26%) possuíam entre 39 - 52 anos e (4%) 60 ou mais.

Segundo o Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil, as mulheres mais jovens no Brasil estão suscetíveis de sofrer violência. Em 2011, a taxa de homicídios entre mulheres com idades entre 15 e 24 anos foi de 7,1 mortes para cada 100 mil, enquanto a média para as não jovens foi de 4,1. (WAISELFISZ, 2013).

O fato das mulheres acima de 60 anos não estarem entre o grupo com maior incidência de violência não implica dizer que elas não tenham sofrido violência. Pesquisas qualitativas são necessárias para aprofundar a questão, mas pode-se inferir que as mulheres desta faixa de idade podem não acessar o órgão em decorrência da incorporação de padrões dominantes de gênero, sendo mais difícil publicizar a violência. Em contraponto, as mais jovens, por incorporarem ou terem acesso as mudanças culturais referentes a mulheres e homens, as campanhas de publicação da violência podem estar acessando mais o serviço. Ou ainda, será que as campanhas do equipamento estão direcionadas as mulheres mais jovens? São questões a serem respondidas com a realização de pesquisas mais aprofundadas, mas as informações fornecem subsídios para que a equipe do CERMFL aperfeiçoe ações neste sentido.

Gráfico 2 - Cidade



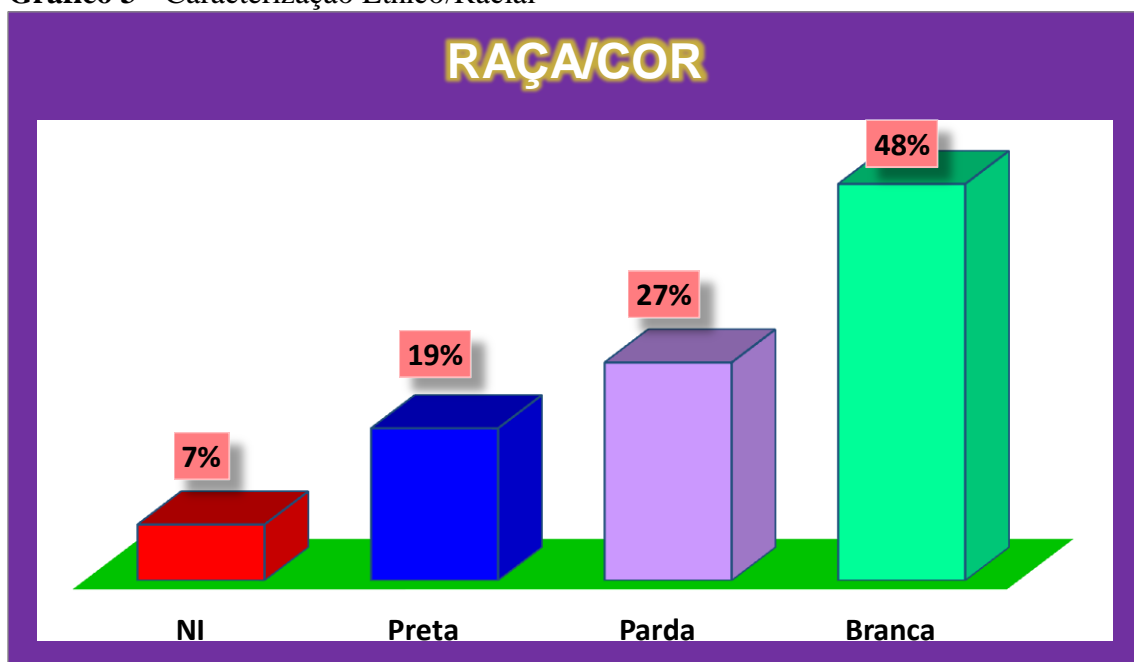
Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Como vimos o CERMFL é estadual e pode atender diferentes municípios. Vejamos no Gráfico 2 que as duas cidades em que as mulheres mais têm acessado o CERMFL, são: Campina Grande com (81%) das usuárias, onde o centro fica localizado, Queimadas com

(7%), seguidos de Massaranduba com (3%), Picuí também com (3%), Pedra lavada, Congo e Areia com (2%) cada uma.

Visualizamos que em algumas cidades as mulheres ainda não tiveram a oportunidade de acessar os serviços, há que se levar em conta que o CERMFL é novo e a extensão geográfica muito grande, mas aos poucos esta realidade está se transformando por meio da divulgação dos serviços oferecidos no interior, como também pela publicização da violência. Exemplo disso é o fato da cidade de Queimadas incidir como segunda cidade com maior acesso das mulheres, tendo em vista que após o bárbaro estupro coletivo de Queimadas¹⁰, a presença do CERMFL na cidade tem sido intensa por meio de campanhas, oficinas, palestras em escolas de ensino fundamental e médio e participação de julgamentos na cidade.

Gráfico 3 - Caracterização Étnico/Racial



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

No que se refere ao quesito raça/cor, a classificação está de acordo com a classificação do IBGE¹¹ após a mediação da informação da equipe da pesquisa. Antes das ações no CERMFL os dados referentes à caracterização étnico/racial não eram padronizadas,

¹⁰ No dia 12 de fevereiro de 2012, ocorreu em Queimadas a trágica notícia de estupro coletivo de cinco mulheres. O estupro ocorreu como presente de aniversário de um irmão para o outro, com a participação de dez homens, entre esses 3 adolescentes. Os suspeitos foram presos em 24 horas.

¹¹ Utilizamos a categorização do IBGE para classificar os dados: Branca, Preta, Parda, Amarela e Indígena.

encontramos o registro de mulheres como morena, pretinha, jaboticaba, dentre outras, evidenciando dificuldades na auto-identificação racial e os resquícios do racismo. Ao observar a caracterização étnico/racial Gráfico 3 verifica-se que dentre as mulheres em situação de violência (19%) se declaram preta, (27%) parda, e (48%) brancas. E um índice de (7%) de mulheres, não informaram¹² a sua etnia, ou não teve o registro computado na ficha de atendimento. Se somarmos pardas e pretas as mulheres não brancas chegam a (46%). Não foi localizado, na pesquisa, mulheres que se autodeclaram indígenas e amarelas.

A história de violência da mulher negra no Brasil, desde o tempo imperial até os dias de hoje, mesmo com a sua “carta de alforria” é marcada pela exclusão, muitas mulheres nunca foram livres de verdade, isso porque lhes foi roubada o direito de ser mulher, de ser negra, de ser livre, de ter a liberdade de escolher a quem amar, e por quem ser amada. As mulheres negras no Brasil não foram exploradas apenas nas condições de trabalho, mas também no seu corpo, na sua sexualidade e na sua liberdade e por muitas vezes sofrem dupla violência por ser mulher e por ser negra, Oliveira (2000) “As mulheres negras além de sofrerem com a violência de gênero sofrem também quando o agressor evidencia de forma pejorativa a sua categoria racial, mesmo sendo o agressor também negro”.

Essa violação vem sendo exercida secularmente, desde o sistema escravocrata, quando as mulheres negras exerciam o papel de “simples” objetos sexuais e, muitas vezes, eram estupradas, violentadas e espancadas pelos senhores. Hoje, o exemplo mais característico dessa dupla violação está na forma como as mulheres negras ainda são tratadas no âmbito do trabalho doméstico – sendo vítimas do abuso, violência sexual e física na casa dos patrões/as (ALBERTO, 1998, p.68).

Carneiro (2003) corrobora tal concepção enunciando que as condições históricas das mulheres negras foram construídas sobre uma relação de coisificação, em que a dominação e a apropriação sexual dessas mulheres resultavam na afirmação de superioridade dos homens brancos.

Desta forma, a violência é potencializada nas mulheres negras por serem mulheres e por serem negras e se agrava quando são pobres, agregando o machismo, o racismo e a

¹² NI- Não Informado.

desigualdade sócio-econômica torna-se uma situação de desigualdade na vida das mulheres. Segundo Saffioti (2004, p. 115),

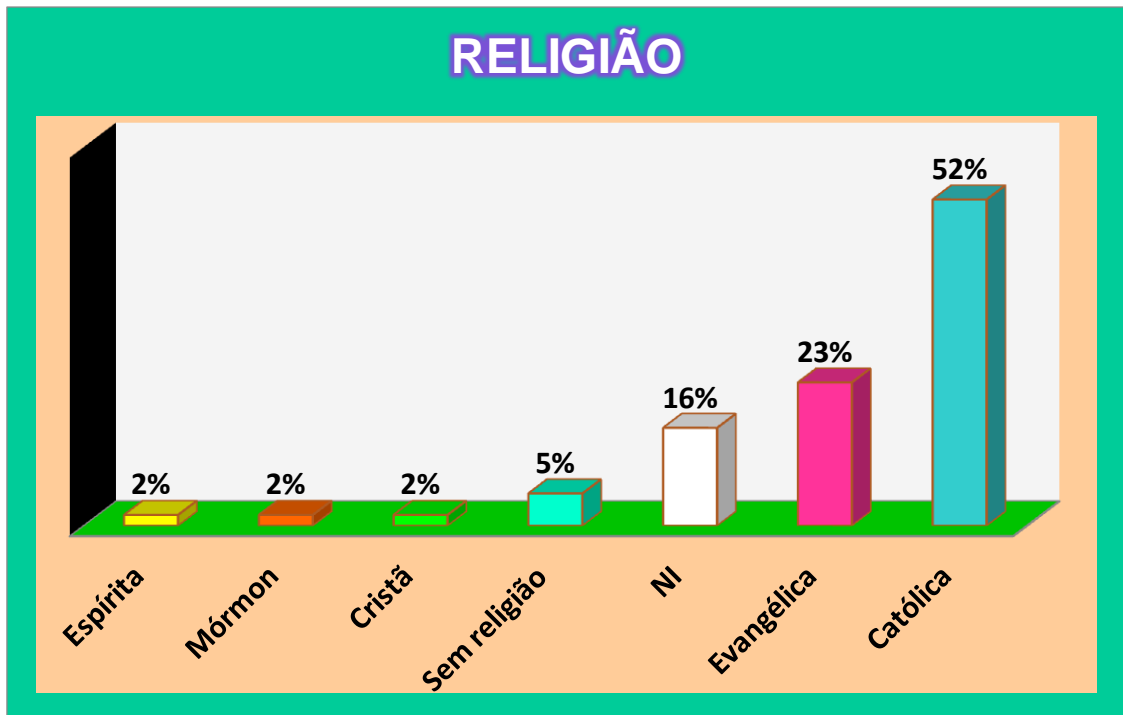
O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...]. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa.

Para Oliveira (2000, p.9) “As mulheres negras além de sofrerem com a violência de gênero sofrem também quando o agressor evidencia de forma pejorativa a seu pertencimento racial”.

Dados apresentados pelo Mapa da Violência 2015 revelam que na década 2003-2013 teve aumento de 54,2% no total de assassinatos de mulheres negras, aumentando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013.

A vitimização de mulheres negras - a violência contra elas, que pode não ter se concretizado como homicídio -, cresceu 190,9% na década analisada. A vitimização desse grupo era de 22,9%, em 2003, e saltou 66,7% no ano passado. "Alguns estados chegam a limites absurdos de vitimização de mulheres negras, como Amapá, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal, em que os índices passam de 300% [...] (BRASIL, 2015. *Online*)

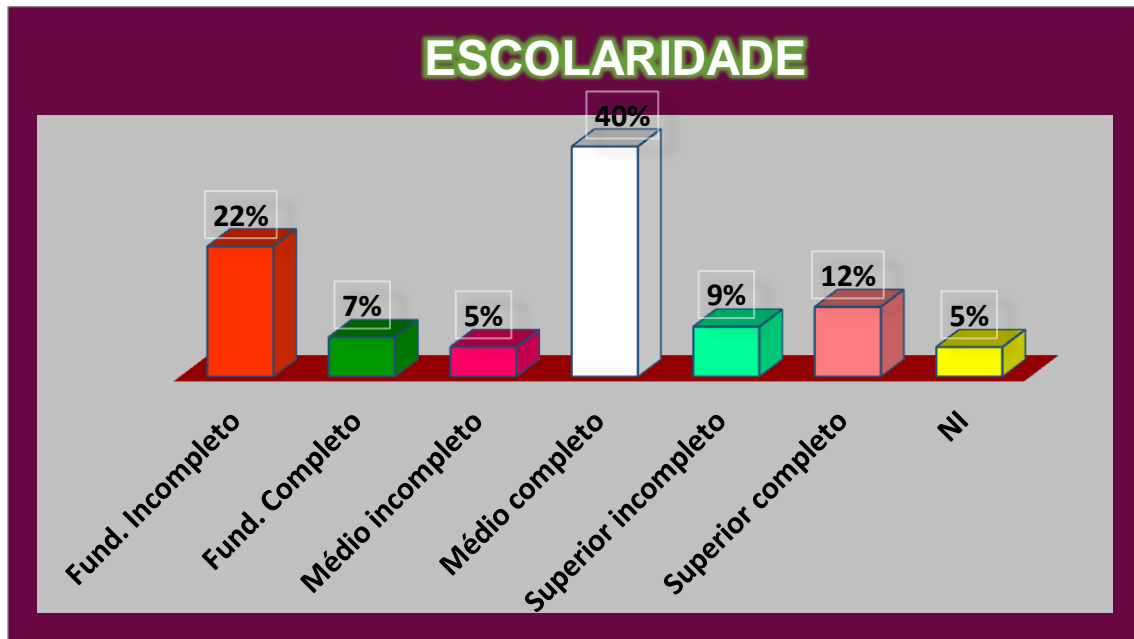
Em geral, a violência doméstica e familiar cometida contra as mulheres negras, não é registrada em termos de tematizações raciais, sendo o quesito raça inexistente ou sem preenchimento nas fichas de identificação de órgãos públicos e privados. Evidencia-se, assim, a necessidade de estudos acadêmicos sobre o assunto e ações do poder público que contemplem a intersecção classe, raça e gênero para o enfrentamento a violência contra as mulheres.

Gráfico 4 - Religião

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Quanto à variável religião Gráfico 4, pode se observar a predominância de mulheres que se denominam católicas com (52%), seguida de evangélicas (23%). Afirmaram não ter religião (5%), (2%) se declaram cristãs, mas não especificaram qual a religião. As demais (2%) mórmon, (2%) espíritas, e (16%) não informaram ter religião. Diante do exposto podemos observar que (81%) dessas mulheres estão ligadas a alguma religião. Tal fato mostra a importância que representantes religiosos/as têm para com as mulheres em situação de violência e devem, por meio de conscientização da problemática, assumir postura para que as mulheres possam romper com a situação de violência e não reproduzir desigualdades de gênero e violações dos direitos das mulheres alicerçadas na crença religiosa.

Gráfico 5 - Escolaridade



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

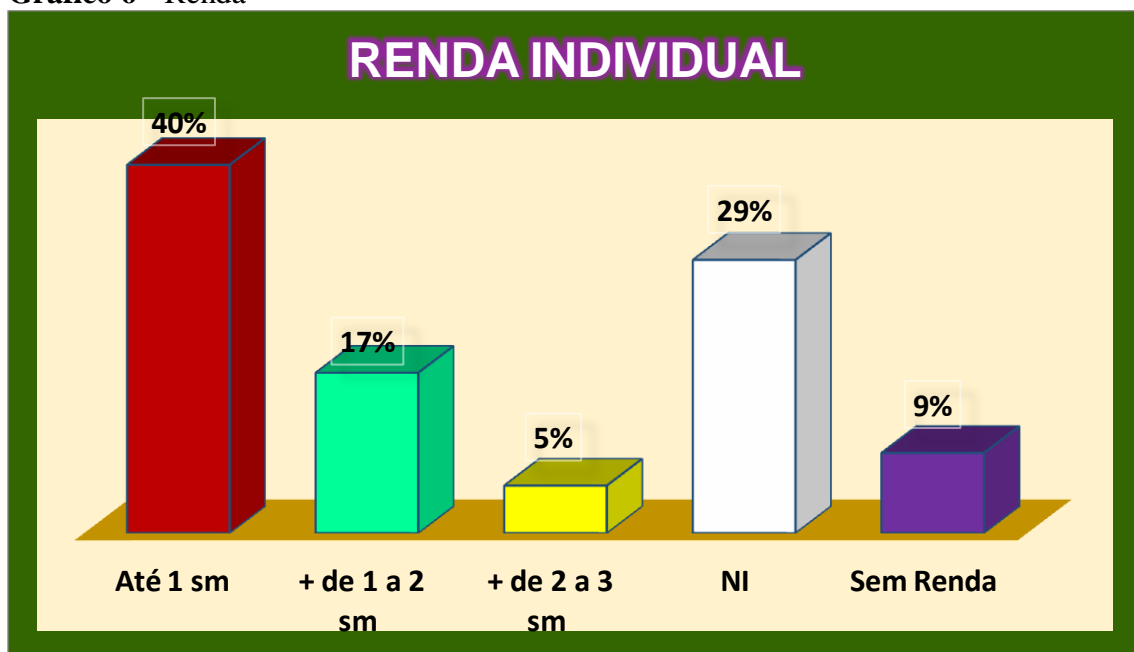
Em se tratando de escolaridade Gráfico 5, (22%) das mulheres não concluíram o ensino fundamental, (7%) tem ensino fundamental completo, (5%) ensino médio incompleto, (40%) concluíram o ensino médio, apenas (9%) iniciaram o ensino superior, (12%) possuem o ensino superior completo e (5%) não informaram a escolaridade. Não foram identificadas mulheres que se declararam analfabetas e na pós-graduação.

Apesar da crescente participação feminina em diversos setores da sociedade, e maior acesso a escolarização, há grandes desafios para a participação mais justa e igualitária de todas as mulheres no mercado de trabalho. As informações concernentes à escolaridade, neste estudo, explicitam a situação de vulnerabilidade das mulheres, quanto menor a escolaridade também é menor o suporte social para a obtenção de bons empregos, com seguridade social, dificultando o exercício da autonomia e o rompimento com a situação de violência.

Apesar do aumento da escolaridade feminina nas últimas décadas, do fato das mulheres serem maioria no ensino superior, terem menores distorções em relação à idade e a série frequentada, possuem média maior de estudos em comparação aos homens, a média de anos de estudo da população ocupada brasileira é de 8,7 anos para as mulheres e 7,7 anos para os homens (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) a disparidade de acesso a emprego e renda é significativa, com prejuízos as mulheres.

Houve leve aumento do rendimento feminino entre 2000 e 2010, mas as mulheres recebem, em média, 74,5% do rendimento dos homens, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014. Importante ressaltar que a precarização do trabalho, o desemprego, a exploração do/a trabalhador/a, decorrentes do sistema capitalista, atinge mulheres e homens, influenciando nas condições objetivas de ambos, mas as consequências da exploração do trabalho potencializam-se na articulação entre classe e gênero. Outro fato evidenciado na pesquisa do PNAD refere-se a influencia da regionalidade “A média do rendimento de uma trabalhadora do Centro-Oeste era 80,5% maior do que o de uma nordestina.” (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015).

Gráfico 6 - Renda



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Analisando o gráfico acima em relação à situação socioeconômica Gráfico 6, no ano de 2015, podemos observar que (40%) das mulheres em situação de violência vive em condições precárias ganhando somente até um Salário mínimo. (17%) de um a dois salários mínimos, (29%) não informaram, (5%) afirmaram ganhar de dois a três salários mínimos, e (9%) disseram não ter renda alguma. Ou seja, (57%) ganham até dois salários, percebe-se aqui uma lacuna na ficha de atendimento por parte das usuárias, com um índice muito alto de mulheres que não informaram a renda.

Quando observamos a variável da situação no mercado de trabalho Gráfico 7, (2%) das mulheres são aposentadas ou estão em situação de auxílio doença, (21%) se declaram autônomas ou trabalho informal, (31%) estão com vínculos empregatícios no mercado de trabalho e quase metade das mulheres (47%) encontram-se desempregadas, o que aponta a ausência de autonomia financeira e a situação de exclusão social.

Quanto à moradia Gráfico 8, (3%) não informaram, (52%) residem em casa própria, e (45%) moram em aluguel ou em casa cedida por alguém. A variável filhos/as (gráfico 9), (85%) afirmaram ter filhos, (16%) declararam não ter nenhum.

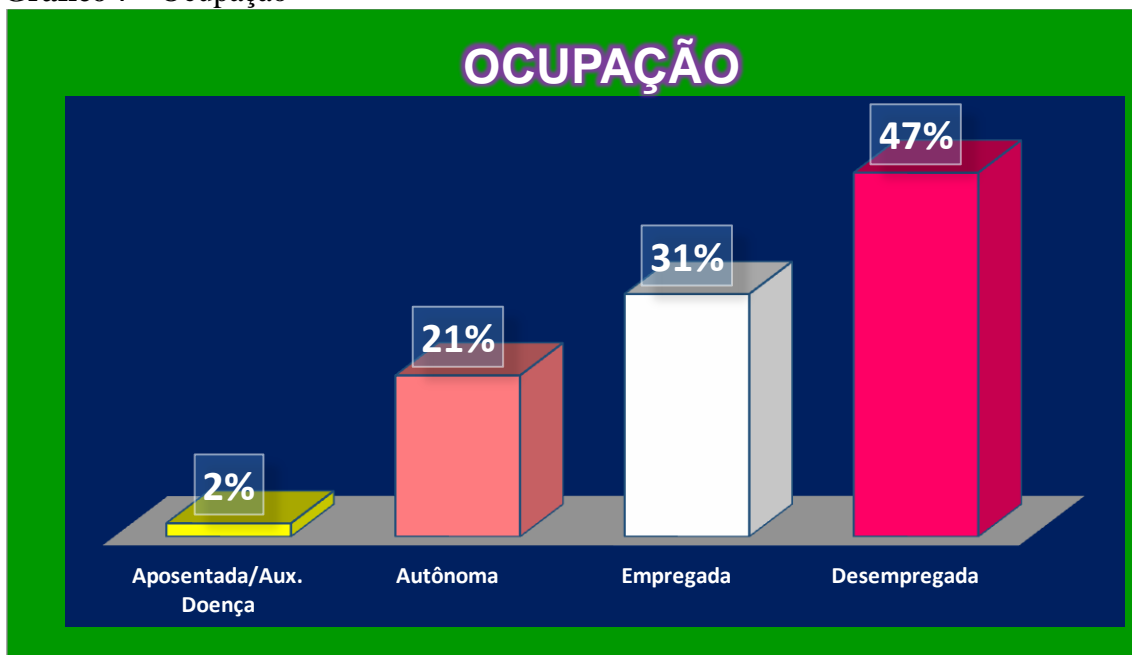
Então vejamos, as informações estatísticas obtidas articuladas com as informações sobre a escolaridade, situação no mercado de trabalho, renda, moradia, nos permitem afirmar, que as mulheres que procuraram o serviço, no ano de 2015, estão em grave condição de precariedade econômica e vulnerabilidade social, apenas (31%) com vínculo empregatício, (5%) afirmaram ganhar de dois a três salários mínimos, (52%) residem em casa própria e apenas (12%) tem o ensino superior completo.

Apesar de muitas lutas e conquistas para as mulheres, a desigualdade social entre homens e mulheres ainda é muito grande. “Os dados do Censo Demográfico 2010 indicaram que (30,4%) das mulheres de 16 anos ou mais de idade não tinham qualquer tipo de rendimento, percentual acima do observado para o total da população nessa faixa etária (25,1%) e para os homens (19,4)” (IBGE2010, p. 119).

Não podemos afirmar que as mulheres de classes sociais mais favorecidas economicamente não sofrem violência do parceiro íntimo, mas podemos inferir que as mulheres de classes econômicas menos favorecidas têm maior dificuldade de acesso aos serviços jurídicos, psicológicos e informações sobre direitos no CERMFL. A falta de autonomia econômica potencializa a dependência financeira para com o agressor, que muitas vezes usa o fato para manter a mulher na relação e sob sua dependência. Tal fato mostra que o órgão é um espaço de inclusão social e resgate da autonomia, como também explicita a necessidade do órgão e da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana potencializar ações intersetoriais para empoderamento das mulheres, tais como programas de alfabetização e incentivo a escolarização em horários específicos para as mulheres, programas de geração

trabalho e renda, habitação, dentre outros.¹³ Ressalta-se a necessidade do poder público oferecer também número de creches satisfatório para que as mulheres possam se dedicar à vida profissional, tendo em vista que em decorrência de padrões hegemônicos de gênero na divisão sexual do trabalho, muitas mulheres são responsáveis quase exclusivas pelo cuidado com os/as filhos. Ressalta-se que não se podem realizar generalizações com relação ao comportamento de homens e mulheres, há mudanças nos comportamentos nas últimas décadas, com homens se responsabilizando pelo trabalho doméstico, pelo cuidado com os/as filhos/as, mas tendo em vista o padrão dominante muitos são os desafios para que tenhamos igualdade. *Dados do estudo Síntese de Indicadores Sociais (SIS): uma análise das condições de vida da população brasileira, 2015*, mostra que “[...] pôde-se observar um aumento no percentual de homens ocupados que realizaram afazeres domésticos e de cuidados, passando de 46,1% em 2004 para 51,3% de 2014 4. Esse percentual para mulheres ocupadas em 2014 era de 90,7%, quadro semelhante ao de 2004 (91,3%).” (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015).

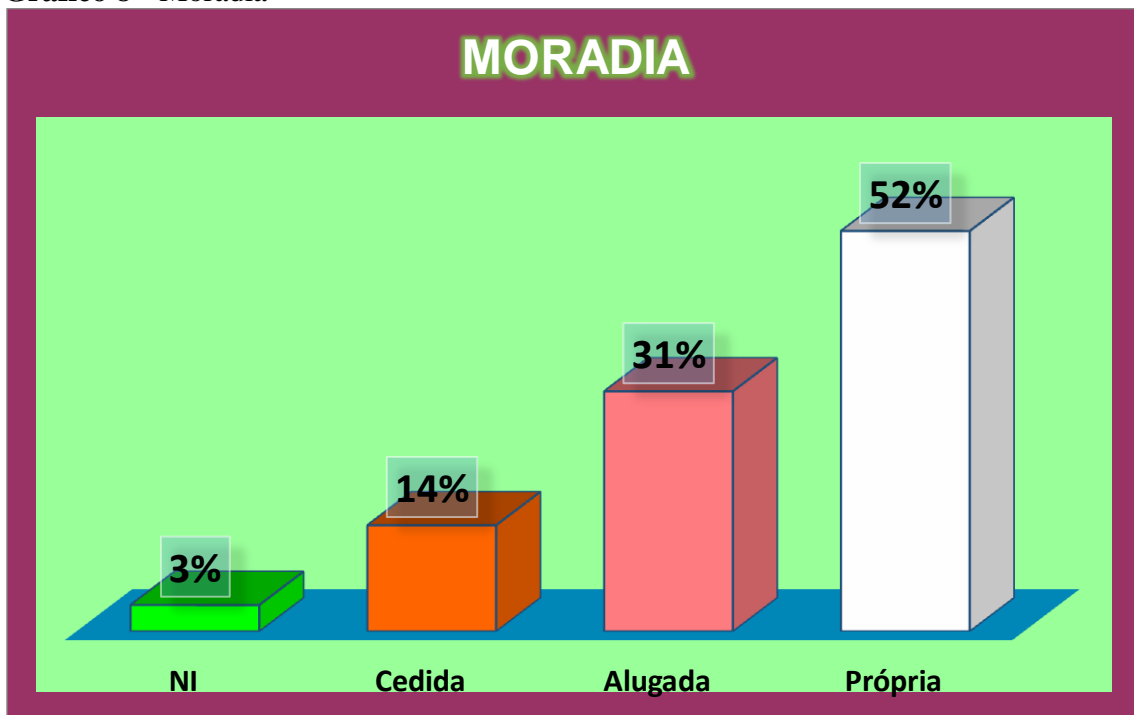
Gráfico 7 - Ocupação



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

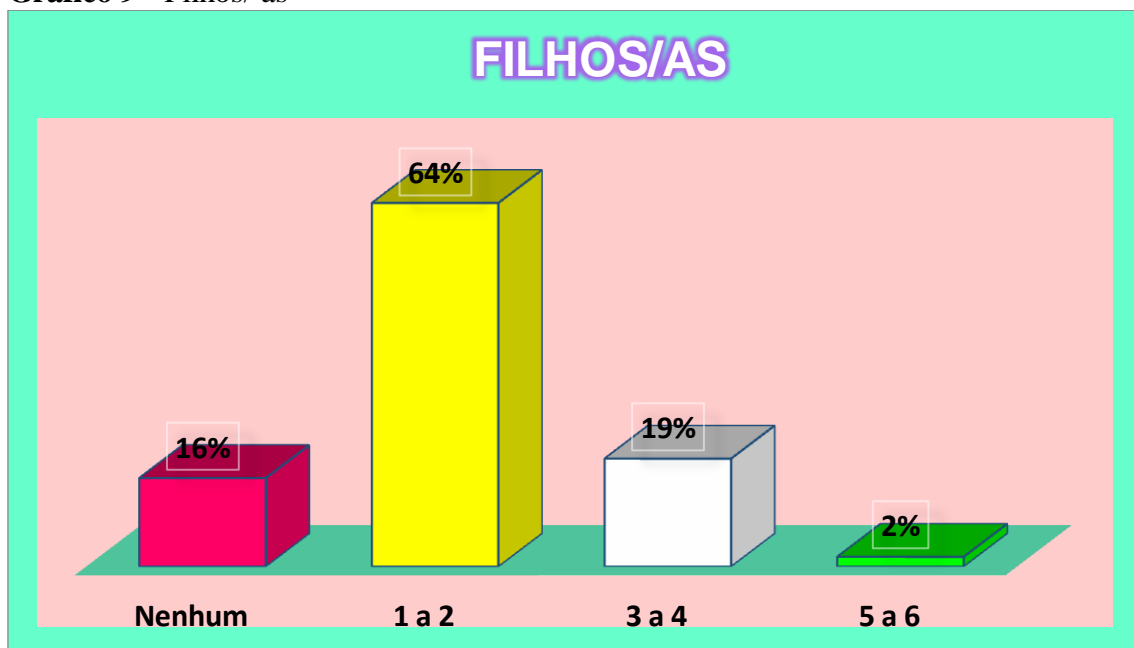
¹³ Existe no Estado o Programa Empreender Paraíba com linhas de crédito específicas para as mulheres, tais como o Empreender Mulher.

Gráfico 8 - Moradia

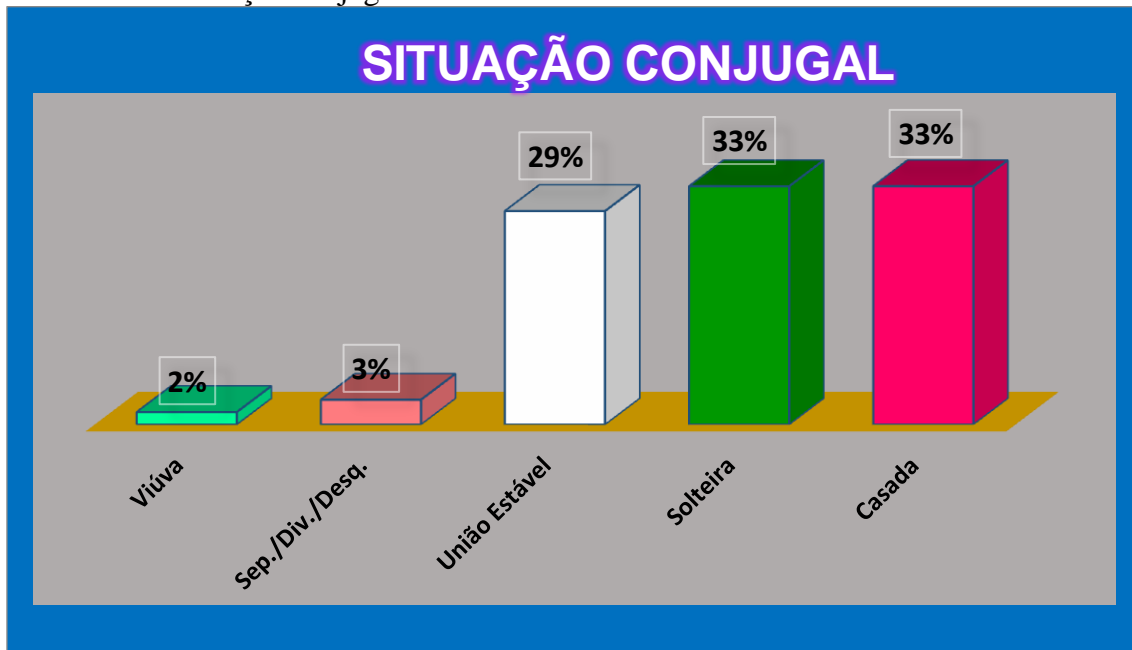


Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Gráfico 9 - Filhos/as



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Gráfico 10 - Situação conjugal

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Quanto à situação conjugal das mulheres pesquisadas Gráfico 10, (2%) são viúvas, (3%) separadas, desquitadas, ou divorciadas, (33%) solteiras, e (62%) estão casadas ou em união estável¹⁴. Podemos observar ainda que entre essas mulheres o maior índice de violência é cometida por parceiro íntimo. Vejamos no Gráfico11, que somando os dados do companheiro, marido, namorados e ex, constata-se que (60%) são os agressores. Parentes correspondem a (9%), assim como pessoas conhecidas (9%) e (3%) das mulheres não informaram sua relação com o agressor.

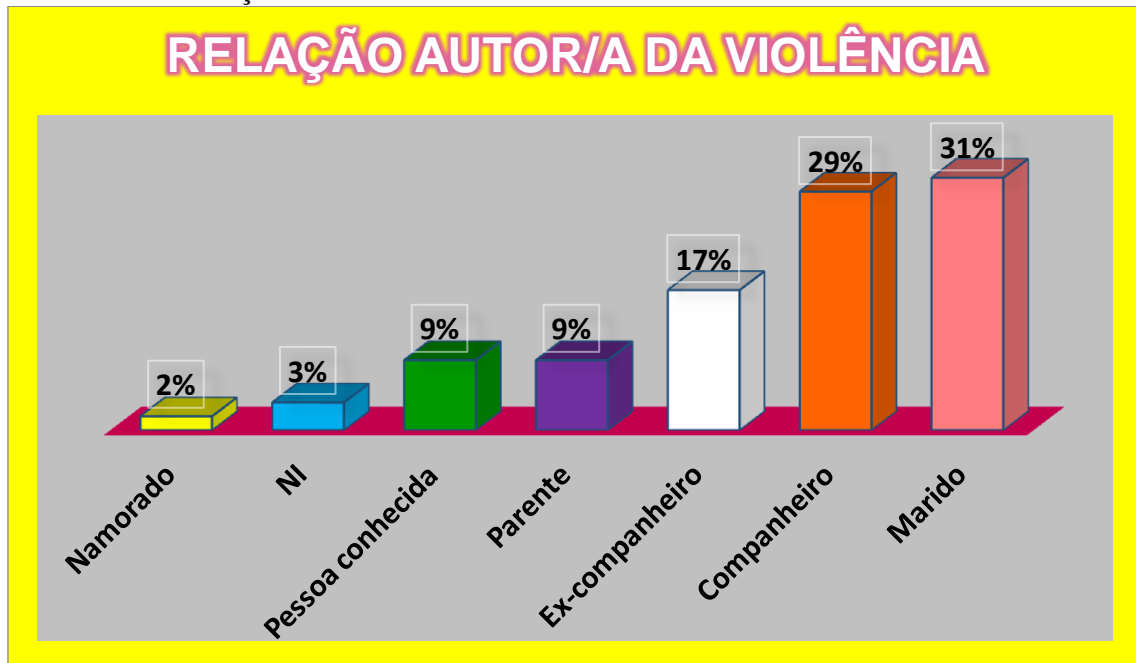
O que foi identificado é que nenhuma das mulheres da pesquisa sofreu algum tipo de violência por pessoa desconhecida. A pesquisa expõe ainda que no Gráfico12, o local onde mais ocorreu a violência foi no domicílio com o percentual de (71%), (5%) na casa de parentes, (14%) em local público, e (9%) não informaram o local da ocorrência. Ou seja, a casa que deveria representar um local agradável e seguro para essas mulheres vem a ser um lugar de risco, onde as mulheres têm vivenciado as situações de violência.

De acordo com Saffioti e Almeida (1995), a violência de gênero é rotinizada, cometida por “parceiro” ou ex- “parceiro”, ou seja, não basta apenas à mulher romper com o parceiro tendo em vista que os ex- companheiro muitas vezes não aceitando o final da relação chega a cometer atos muito violentos contra a ex- companheira desde ameaças, intimidações, ligações

¹⁴ Sep./Div./Desq. (Separada, Divorciada ou Desquitada).

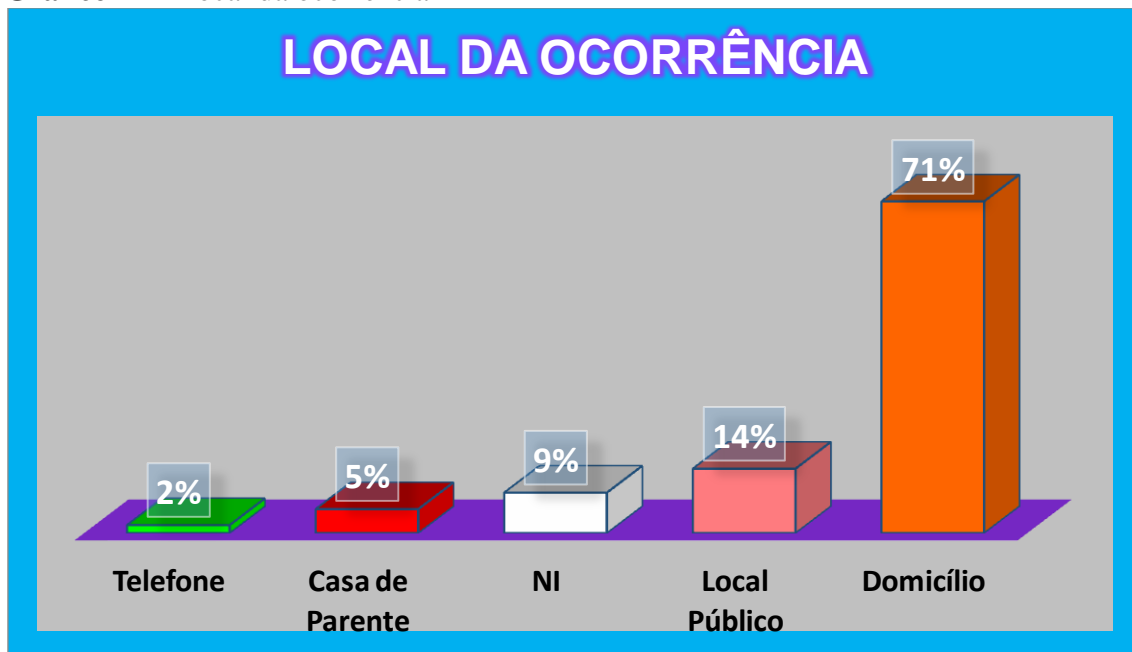
inoportunas, empurrões, beliscões, puxões de cabelo, muitos chegam até o ato mais grave, a morte.

Gráfico 11 - Relação autor/a da violência

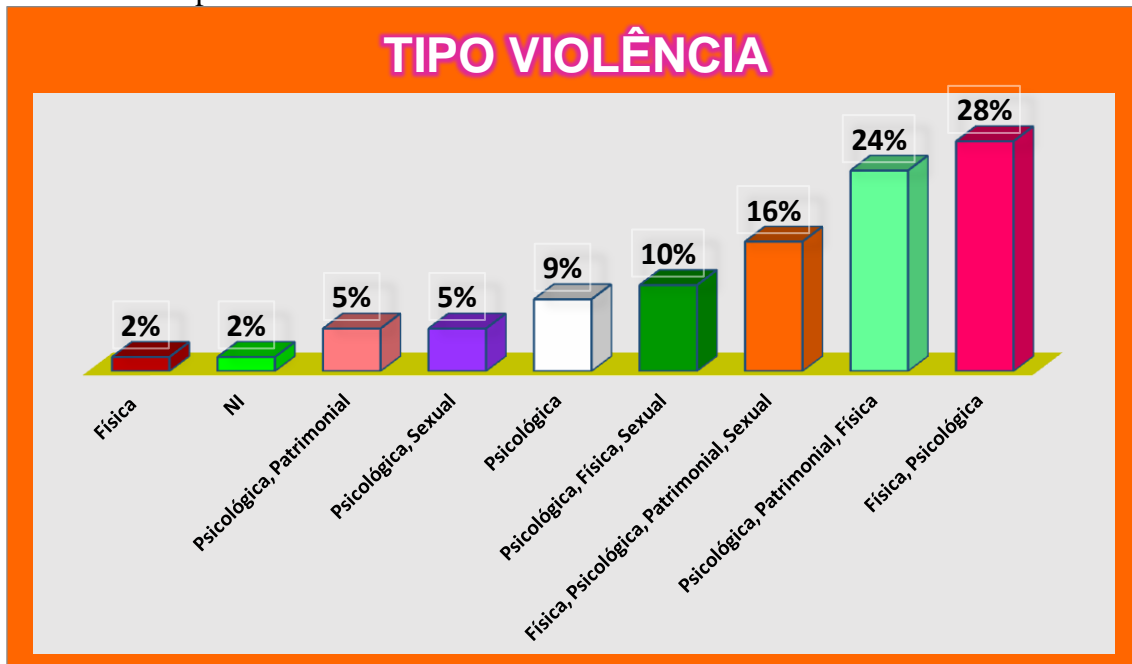


Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Gráfico 12 - Local da ocorrência



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Gráfico 13 -Tipo de violência

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

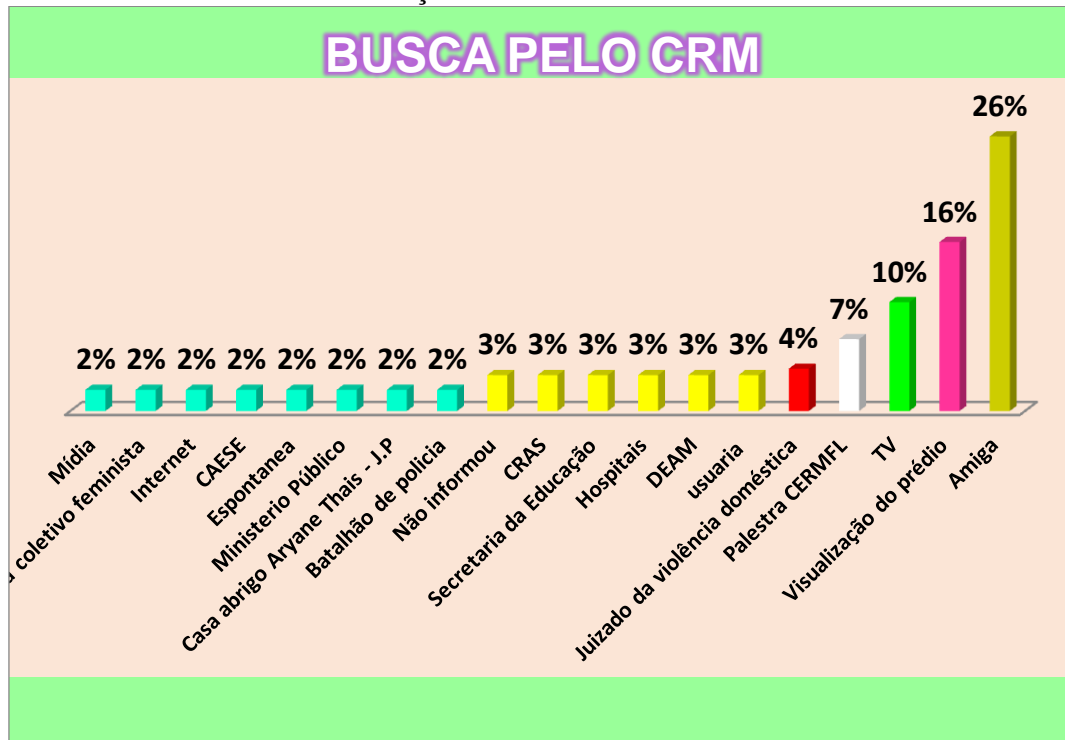
Como podemos verificar no Gráfico13, isoladamente apenas (2%) das mulheres afirmam ter sofrido violência física, mas quando observamos a violência física acompanhada das demais se explicita que (80%) das mulheres que procuraram o centro sofreram este tipo de violência. Em relação à violência psicológica (9%) disseram ter sofrido isoladamente, mas quando somada a psicológica junto às demais percebemos que (97%) delas sofreram violência psicológica. Em geral, a violência psicológica é o pano de fundo para a ocorrência de outros tipos de violência, e muitas vezes ela é naturalizada, passa despercebida, vem disfarçada pelo ciúme, humilhações, ameaças, rejeições, controles e insultos. (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007). Analisando o gráfico não verificamos a violência sexual isoladamente, mas ela ocorreu em (31%) das mulheres. A violência patrimonial também foi identificada chegando a (45%), e (16%) das mulheres sofreram os quatro tipos de violência, (2%) não informaram.

As mulheres relataram sofrer distintas violências, e em geral, elas não acontecem isoladamente, há um cenário de violências acontecendo concomitantemente.

Importante ressaltar que os dados referentes a violência sofrida pelas mulheres não eram padronizados antes da realização da pesquisa, encontramos uma variedade de registros vinculados as violências, desta forma, na organização das fichas de atendimento propomos a

equipe do CERMFL utilizar as classificações da Lei Maria da Penha – física, psicológica, sexual, patrimonial e moral – e foram estas utilizadas para a padronização das variáveis

Gráfico 14 - Canais de informação



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

O CERMFL, sendo uma unidade informacional tem a incumbência de fazer com que seus serviços cheguem até as mulheres. A rede de atendimento às mulheres em situação de violência procura fazer essa integração entre os órgãos. A rede está dividida em quatro principais setores/áreas (saúde, justiça, segurança e assistência social), para que ela funcione de fato é necessária à interação dos governos federal, estadual e municipal como também da participação da sociedade como um todo. Os órgãos devem buscar a interação para alcançar o maior número de mulheres. Para que isto ocorra, a Delegacia de Atendimento à Mulher, Promotoria, Serviços de Saúde e de Assistência Social, dentre outros, devem intensificar a propagação de informações a respeito da referência e contra referência. (SSPM, 2006, p. 14).

Os canais utilizados pelas usuárias do CERMFL foram encaminhados pelos os órgãos da rede de atendimento (29%), pelas amigas e usuárias do CERMFL, (16%), pela visualização do prédio, quando a mulher passa em frente ao prédio, pelos meios de comunicação como TV e rádio foram (12%), por palestras disseminadas pelas funcionárias do CERMFL em campanhas (7%), ONGs (2%), internet (2%), e (3%) não informaram. Alguns fatores foram

importantes para que as mulheres tivessem acesso ao serviço, por exemplo, a localização do prédio. Outro fator é a satisfação das usuárias quando a maioria delas indica os serviços para outras mulheres em situação de violência.

As informações estatísticas produzidas revelam a complexidade da violência doméstica e a necessidade de ações intersetoriais para a sua superação. A responsabilidade pela alteração desse contexto de desigualdades não pode ser assumida unicamente pelos organismos de políticas para as mulheres, mas sim compartilhada por gestoras/es governamentais municipais, estaduais e de âmbito federal, das áreas da educação, assistência social, cultura, desenvolvimento humano, saúde, segurança pública, justiça, planejamento e gestão, dentre outros. O envolvimento das universidades é fundamental, por meio da divulgação e aprofundamento de conhecimentos sobre como a intersecção dos marcadores sociais opera para a produção de vulnerabilidades e a violência contra as mulheres. (CÔRTEZ; ALVES; SILVA, 2015).

Além de toda a sociedade citada acima é necessário que cada um de nós individualmente e como grupos assumam essa responsabilidade de dizer não a violência contra as mulheres, por meio de informação, de denúncias do apoio psicológico e social para que as mulheres em situação de violência não se sintam sozinhas e encontrem ferramentas necessárias para romper com o ciclo da violência.

5 CONCLUSÃO

A informação é essencial para a tomada de decisões mais precisas e para o planejamento de políticas públicas que visem potencializar as resistências das mulheres frente as mais distintas desigualdades. Corroborando com a concepção de que a informação configura-se como fonte de saber e poder, a organização, produção e disseminação de informação estatística são instrumentos indispensáveis para o empoderamento das mulheres e a subversão da situação de violência.

As informações produzidas, respeitando os limites do estudo, contribuem para o conhecimento do perfil das mulheres atendidas no CERMFL, para o dimensionamento da realidade local, e, conseqüentemente fornece subsídios para o monitoramento da problemática e para a realização de novas pesquisas a respeito do tema. Verificou-se a situação de vulnerabilidade social das mulheres que acessaram o CERMFL, baixa escolaridade, precariedade profissional, informalidade, assim como se revelou que a interseção das assimetrias de gênero, classe e raça potencializa a situação de desigualdade.

A realização da pesquisa articulando violência contra as mulheres e a biblioteconomia, configurou-se como um desafio tendo em vista a carência de estudos com esta interface, mas explicitou-se que a atuação do/a bibliotecário/a é fundamental na organização, disseminação e compartilhamento de informação a respeito da violência contra as mulheres e a atuação em unidades informacionais não tradicionais, a exemplo do CERMFL. O trabalho do/a bibliotecário/a nesta seara pode ser dinamizado em bibliotecas e demais unidades informacionais, por meio de divulgação do acervo referente às relações de gênero, violência contra as mulheres, na desnaturalização dos lugares sociais diferenciados para homens e mulheres, através de rodas de conversa, exposição de livros e fotografias, como também na realização de pesquisas que abordem o tema. Neste sentido, consideramos que a ação do/a bibliotecário não se resume a uma questão técnica, enquanto mediador/a da informação pode ser agente atuante na construção e fortalecimento da cidadania.

As informações produzidas mostraram que o desenvolvimento de ações intersetoriais para a prevenção e o enfrentamento a violência, como a articulação da rede de enfrentamento à violência, dos setores de saúde, educação, cultura, segurança são essenciais para a o rompimento com a situação de violência. Essencial frisar, neste contexto, a atuação das

universidades por meio de projetos de pesquisa, extensão e da inclusão da temática nos currículos de graduação.

Na Paraíba, a criação da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, representa o reconhecimento, a institucionalização das questões de gênero e o compromisso do poder público em coibir as diversas facetas da violência que afeta mulheres cotidianamente. As informações estatísticas apresentadas permitem afirmar que o CERMFL vem adquirindo um papel significativo no atendimento às mulheres em situação de violência e na modificação de padrões socioculturais alicerçados em padrões hegemônicos de masculinidades e feminilidades, os quais alicerçam a violência contra as mulheres.

Espera-se que as informações estatísticas produzidas gerem novos conhecimentos, estimulem pesquisas e forneçam subsídios para estabelecer o monitoramento e diagnósticos mais efetivos sobre a situação das mulheres em situação de violência.

Por fim, gostaríamos de reiterar nossos agradecimentos à Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana e do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes pelo acolhimento e parceria na realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

10 ANOS da adoção da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher: Convenção de Belém do Pará. Brasília: AGENDE, 2004. Disponível em: <<http://www.agende.org.br/revistaConvenBelémdoPará.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2005.

ALBERTO, Luiz. O Humano Direito à Identidade. In OLIVEIRA, Dijaci David [et al.] (org.). **A cor do medo: homicídio e relações raciais no Brasil**. Brasília: Editora da UnB: Editora da UFCG. 1988. 172p.

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão, Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é ciência da informação? **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01 – 30, Jan./abr. 2014. Disponível em:<<http://www.uel.br/revistas/informacao/>>.

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F. v. 29, n. 2, p. 155-167, mai./ago. 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1683> >. Acesso em: 22 mar. 2014.

ARENAS, Judith Licea de. Medio y mensajes de la ciencia: la revista científica. *Ciencias de la Información*, La Habana, CU, v. 25, n. 1, p. 2-11, mar. 1994.

BARRETO, A. de A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

BARRETO, A Transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, M.A. (Org.). *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária, 2002. p. 49-60.

BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, Jan. 1968.
BRASIL, **Lei nº. 11340. De 7 de agosto de 2006**, (Maria da Penha).

BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha)

_____. Portal Brasil. **Negras são maiores vítimas de homicídio de mulheres no país**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/11/mulheres-negras-sao-mais-assassinadas-com-violencia-no-brasil#wrapper>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

_____. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2004. p.104 .

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Brasil) - Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – **Plano Nacional**: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. – Brasília: A Secretaria, 2003.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização**: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília, 2006.

_____. Presidência da República. Secretaria de Política para as Mulheres. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMs**. Brasília, 2010.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

BUENO, Silvana Beatriz; BLATTMANN, Úrsula. Fontes de informação on-line no contexto da área de Ciências da Saúde. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 2, n. 2, p. 1-17, 2005. Disponível em: <<http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=149&article=29&mode=pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna S. do. A Questão do gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial p. 199-214, dez. 2012.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002. 448p.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, Nº 17 (49), 2003. Acessado em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400>>. 2011.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. 287p.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS. "**Tolerância institucional à violência contra as mulheres**." Brasília/ D.F, 2014.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**, 2007.

CÔRTEZ, G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L. K. R. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando a informação estatística no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 16, 2015. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

COSTA, Albertina de Oliveira. **Subsídios para a Análise da Política do Governo Brasileiro com Relação à Mulher no Período 1975-1984**. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia. 1998.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005.

COSTA, Luciana Ferreira da. **Usabilidade do portal de periódicos da capes**. 238 fls. Dissertação Mestrado em (Ciência da Informação). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar**. Estudos feministas jan-dez, 2009. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm>>. Acesso em: 13/09/2015.

COSTA, Luciana Ferreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. A usabilidade nos estudos e uso da informação: em cena usuários e sistemas interativos de informação. **Perspectivas em Ciências da Informação**, Minas Gerais, UFMG, v.15, n.1, p.92-117, jan./abr.2010.

CRIPPA, G. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n 1, 2011. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewfile/46/83>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

De Araújo, Vânia Maria Rodrigues Hermes, and Isa Freire. "Conhecimento para o desenvolvimento: reflexões para o profissional da informação." **Informação & Sociedade: Estudos**. v. 9.n.1 (1999).

FERREIRA, M.M. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003.

FIGUEIREDO, Nice. Menezes de. **Avaliações de coleções e estudos de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979.

FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1979. 247 p.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Diss. Tese (Dout. Ci. Inf.). Rio de Janeiro: UFRJ: IBICT, 2001.

FREIRE, G. H. Ciência da Informação: tema, histórias e fundamentos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n. 1, jan./abr., 2006.

FREIRE, G. H. de A.; FREIRE, I. M. O campo científico da informação. In: **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2010. p. 39-81.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A situação da população mundial.** 2005. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2005.pdf>> Acesso em: 14 Out. 2015.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M.G. das; DANTAS, E. R. F. Conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Revista UEL**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 17-25, jan/jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12309/11372>>. Acesso em 18 nov. 2013.

GASMAN, Nadine. **Lei do Femicídio vai diminuir tolerância de crimes contra mulher Especial para o UOL.** 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/2015/03/17/lei-do-femicidio-vai-diminuir-tolerancia-de-crimes-contra-mulher.ht>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro:** direito de família. 7 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. "**Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro.**" *cadernos pagu* 36 (2011): 25-46.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ Maria Nelida. As Ciências Sociais e as Questões da Informação. **Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Morpheus; a. 9, n. 14, 2012.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. Os usuários in: _____. **Introdução geral as ciências e técnicas da informação e da comunicação.** 2 ed. Brasília: IBICT, 1992. P.481-491.

IGBE. **Censo 2010.** 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça.** 4. ed. Brasília: Ipea, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Direitos humanos.** Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Mais-de-4-mil-mulheres-foram-assassinadas-em-El-Salvador-na-ultima-decada-diz-ONG/5/30795/>> Acesso em 28 abr. de 2014.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dados Data popular.** 2014, Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-moral-e-psicologica/>>. Acesso em 15 de jan. 2014.

_____. **Dados e fatos sobre Violência contra as Mulheres.** Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dados-e-pesquisas-violencia/dados-e-fatos-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 15 de jan. 2014.

_____. **Pnad 2014:** mulheres recebem o equivalente a 74,5% do rendimento dos homens. 2015. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/trabalho_/pnad-2014-mulheres-recebem-745-do-rendimento-dos-homens/>. Acesso em: 09 de dez. 2015.

_____. **SIS 2015/IBGE:** desigualdades de gênero e raça diminuem em uma década, mas ainda são marcantes no Brasil. 2015. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/sis-2015ibge-desigualdades-de-genero-e-raca-diminuem-em-uma-decada-mas-ainda-sao-marcantes-no-brasil/>>. Acesso em: 09 de dez. 2015.

JAQUETTE, Jane S. Los movimientos de mujeres y las transformaciones democráticas en América Latina. In: LEON, Magdalena (Org.). **Mujeres y participación política:** avances y desafíos em América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEITÃO, Thais. SUS atende 2,5 vezes mais mulheres vítimas de violência do que homens. **Agência Brasil**, Brasília, 25 nov. 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-25/sus-atende-25-vezes-mais-mulheres-vitimas-de-violencia-do-que-homen>>. Acesso em: 27 Abr. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. “Nas redes do conceito de gênero”. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde.** Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOUREIRO, Monica de Fátima, JANNUZZI, Paulo de Martino. Profissional da informação: um conceito em construção. **Transformação**, Campinas, São Paulo, SP. mai./ago., 2005.

McGarry, K. Armazenamento e recuperação de informações na sociedade. In: McGarry, I. O conceito dinâmico da informação: uma análise introdutória. Brasília: Brinquet de Lemos/livros, 1999. p. 111-142.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero** Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out./ 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_05.htm>. Acesso em: 22 mar. 2014.

MARCONI, M. A. de.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico.** 7. ed. São Paulo: ATLAS, 2011.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

ODALIA, N.O; **o que é violência**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ODALIA, N.O; **o que é violência**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Revista de Medicina**, São Paulo, v. 92, n. 2, p. 134-140, abr./jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/79953/83887>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

OLINTO, Gilda. Biblioteconomia e profissões femininas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18, 1997, São Luís. **Anais...** São Luís, 1997.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.68-77, jul./dez. 2011. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/240/208>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

OLIVEIRA, Fátima. "**Recorte Racial/Étnico e a Saúde das Mulheres Negras**". São Paulo: Jornal da Rede Saúde, n. 22, nov. 2000.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia publico/privado. In: CASTELLES, Carme (Org.). **Perspectivas feministas en teoria política**. Barcelona: Paidós, 1996.

PASINATO, W.; SANTOS, C. M. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. Campinas, Pagu/UNICAMP, 2008. Disponível em:

<http://www.observe.ufba.br/_ARQ/bibliografia/MAPEO_Brasil%5B1%5D.pdf> Acesso em: 22 de mar. 2014.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação sinais enunciadores da nova área. In: **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 61-86.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PRÁ, J. R. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, C.; PEDRO, J. M; FAVERO, S. M. **Diversidades**. Santa Catarina, Mulheres, 2010. p. 81-102.

REGINA, Maria Marteleto. **Ciência da Informação**. v. 24, n. 1, 1995.

REVISTA DO OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. Brasília/DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, n.4, v.2. Dez.2012 .

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira**: Rio de Janeiro: INL, 1966. 357p.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

_____. **Violência de gênero**: lugar da práxis na construção da subjetividade. Revista Lutas Sociais, São Paulo, n. 2, 1997.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Universidade de São Paulo. Vol. 16 – No.1, 2005.

SANZ CASADO, Elias. **Manuel de estúdios de usuários**. Madrid: pirâmide, 1994.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feminista**. Florianópolis, maio-agosto/2004. <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2016.

SCAVONE, L. Feminismo contemporâneo y democracia em Brasil. In: FAURÉ, C. **Enciclopédia Histórica y Política de las Mujeres**. Europa y América. Madrid: AKAL, 2010. p. 733-753.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, 1995, p. 71-99.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S. CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface**: comunicação, saúde, educação, Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 93-103, jan./abr. 2007.

SILVEIRA, Lenira Politano da. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência**, 2006.

SILVEIRA, Lenira Politano da. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, S. G; SILVEIRA, P. L.; MIRIN, L. A. L. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher**: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45-77.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.52-66, set./dez 2010.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990.

SOUTO, Leonardo Fernandes. Biblioteconomia em reflexão: cenários, práticas e perspectivas. In: _____. (Org.) O profissional da informação em tempo de mudanças. Campinas, SP: Alínea, 2005. p. 29-54

SOUZA, Hugo Leonardo de; CASSAB, Latif Antônia. Feridas que não se curam: A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TELES, M. A. A; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WASELFIZ, J. J. **Mapa da violência 2013: Homicídios e Juventude do Brasil**. São Paulo: Flacso. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/mapa2013_jovens.php> Acesso em: 13 nov. 2015.

WASELFIZ, J. J. **Mapa da violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília, D.F: Flacso, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

